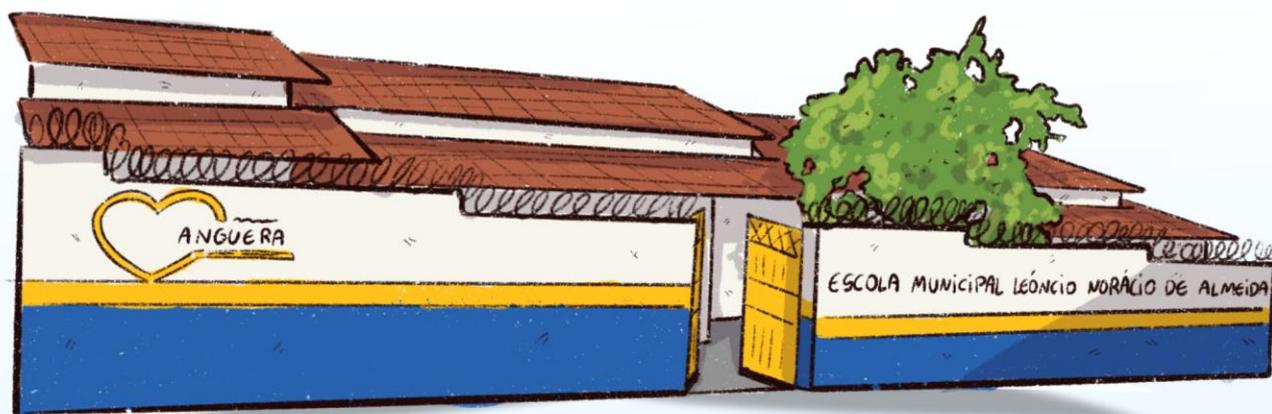




PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



ESCOLA MUNICIPAL LEÔNICIO HORÁCIO DE ALMEIDA



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ESCOLA MUNICIPAL LEÔNCIO HORÁCIO DE ALMEIDA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida

Secretaria Municipal de Educação

ANGUERA-BA, 2022

Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

DIRETORA ESCOLAR

Ednalva Pereira Lima

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Marly Alves Mota Veloso

Simeia Veloso Oliveira da Paixão

PROFESSORA:

Maria José Oliveira de Almeida Brito

Suely da Silva Ferreira

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Organização Institucional e Perfil Identitário

1.1.2. Características e Finalidades

1.2. Linha do Tempo: a História Institucional

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

2.4. Concepção de Currículo

2.4.1. Fundamentos do Currículo

2.4.2. Princípios do Currículo

2.5. Concepção de Gestão Democrática

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

2.6.3. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

3.3. Os Temas Integradores

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. Ensino Fundamental

4.1.1. Anos Iniciais

4.1.2. Anos Finais

4.1.3. Organizador Curricular e Contextualização da Parte Diversificada

- 4.1.5. Transição do 2º Ano para o 3º Ano
- 4.1.5. Transição do 5º Ano para o 6º Ano
- 4.1.6. Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

- 5.1. A Política da Educação Inclusiva
 - 5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva
 - 5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva
 - 5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva
 - 5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.2. A Política de Educação do Campo
 - 5.2.1. Concepção da Educação do Campo
 - 5.2.2. Princípios Orientadores da Educação do Campo
 - 5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do Campo
 - 5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.3. A Política da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.2. Princípios Orientadores da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.4. A Política da Inovação Tecnológica
 - 5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica
 - 5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica
 - 5.4.3. Diretrizes da Inovação Tecnológica
 - 5.4.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.5. A Política de Assistência Estudantil
 - 5.5.1. Concepção de Assistência Estudantil
 - 5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil
 - 5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil
- 5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores
 - 5.6.1. Concepção da Formação Continuada

5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.7.1. Concepção da Comunicação Escola/Família/Comunidade

5.7.2. Princípios da Comunicação Escola/Família/Comunidade

5.7.3. Diretrizes da Comunicação Escola/Família/Comunidade

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

6.2. Aspectos Teórico-Metodológicos do Processo

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

6.4. O Programa Institucional de Avaliação

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8. REFERÊNCIAS

ANEXO I – DIAGNÓSTICOS

ANEXO II – PLANO DE AÇÃO

ANEXO III – PLANO DE CURSO

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Leôncio de Almeida, foi (Re) elaborado a partir do entendimento da importância da participação efetiva de toda a comunidade escolar, cujo produto representa as ideias, concepções e diretrizes pedagógicas, que nortearão todo processo de ensino aprendizagem desta Unidade Escolar.

O PPP é um instrumento norteador para a atuação da instituição e deve atender às dimensões políticas e pedagógicas que lhes são atribuídas. Políticas porque traduz pensamento e ação, expressando uma visão de mundo, de sociedade, de educação, de profissional, de estudante que se deseja, e pedagógica porque possibilita tornar real a intenção da escola, subsidiando a orientação educativa no cumprimento de seus propósitos.

Levando em consideração, que a educação é um direito do indivíduo e um importante meio para o seu crescimento e desenvolvimento, entendemos que o processo de (Re) elaboração justifica-se pelo anseio de uma educação dialógica e promissora de uma cidadania plena, vinculada a uma troca de ideias e opiniões colaborativas, atendendo às diferenças e diversidades, visando assim à promoção do exercício de direitos, associados às responsabilidades e aos deveres de todo cidadão consciente e crítico.

Em suma, este PPP foi elaborado no sentido de atender as demandas eminentes da realidade social e política do nosso município, bem como contribuir para que seus alunos sejam devidamente preparados para os desafios que a sociedade contemporânea estabelece, no sentido de ofertar uma educação de qualidade capaz de promover em cada um a realização pessoal e profissional.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: ESCOLA MUNICIPAL LEÔNCIO HORÁCIO DE ALMEIDA

ENDEREÇO: RUA JOSÉ ALVES DE ALMEIDA S/N

CEP: 44673 – 899

MUNICÍPIO: Anguera-BA

LOCALIZAÇÃO: Guaribas

E-MAIL: emlha.anguera@gmail.com

TELEFONE: **CNPJ:** 04.960.322/0001-33

CÓDIGO DO INEP/SERIE: 29090083

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO: 046/99

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Regular

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR / NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:

SÉRIE	TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS	CÓDIGO DAS TURMAS
			MATRICULADOS (NO SISTEMA)	
1º ANO	ÚNICA	MATUTINO	10	27000652
2º ANO	ÚNICA	MATUTINO	13	27000653
3º ANO	ÚNICA	MATUTINO	17	27000654
4º ANO	ÚNICA	MATUTINO	12	27000655
5º ANO	A	MATUTINO	12	27000656
5º ANO	B	MATUTINO	11	27000657
6º ANO	A	VESPERTINO	21	27000658
6º ANO	B	VESPERTINO	15	27000659
7º ANO	A	VESPERTINO	13	27000660
7º ANO	B	VESPERTINO	14	27000661
8º ANO	A	VESPERTINO	14	27000662
8º ANO	B	VESPERTINO	10	27000663
9º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	18	27000664
TOTAL			179	

QUADRO DE PROFISSIONAIS:

A Escola Municipal Leônicio Horácio de Almeida situada no Povoado de Guaribas Município de Anguera-Ba, é formada pelos seguintes funcionários, no período do ano letivo de 2022:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
EDNALVA PEREIRA LIMA	DIRETORA	ESPECIALIZAÇÃO
EXPEDITA RODRIGUES MACEDO	VICE-DIRETORA	ENS. SUPERIOR
SIMEIA VELOSO DE O. DA PAIXÃO	COORDENADORA	PÓS-GRADUAÇÃO
MARLI ALVES MOTA VELOSO	COORDENADORA	ESPECIALIZAÇÃO
ELIZANIA AZEVEDO DE JESUS	PROFESSORA	ENS. SUPERIOR
MARIA JOSÉ DE O. ALMEIDA BRITO	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
MARIZA DOS SANTOS B. DE SANTANA	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
ROSELENE ALVES SANTOS	PROFESSORA	ENS.SUPERIOR
SILVAENE PEREIRA SANTOS	PROFESSORA	ENS. SUPERIOR EM AND.
SUELY DA SILVA FERREIRA	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
VANICE LIMA BARBOSA DE MELO	PROFESSORA	ENS. SUPERIOR
IEDA LIMA DE DEUS	PROFESSORA	ENS. SUPERIOR
ANA PAULA SANTOS MELO OLIVEIRA	PROFESSORA	ENS. SUPERIOR
ANTÔNIO FERNANDES DE J. SILVA	PROFESSOR	PÓS-GRADUAÇÃO
CLAÚDIO SILVA VASCONCELOS	PROFESSOR	MESTRADO
DURVAL CERQUEIRA COSTA	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
ELSON SILVA SANTOS	PROFESSOR	ENS. SUPERIOR
GREICE KELLY MOREIRA DOS SANTOS	PROFESSORA	ENS. SUPERIOR
JOÃO PAULO DANTAS CRUZ	PROFESSOR	PÓS-GRADUAÇÃO
JOSELMO NASCIMENTO DA HORA	PROFESSOR	PÓS-GRADUAÇÃO
JOSELOURDES ALMEIDA SOUZA	PROFESSORA	ENS.SUPERIOR EM AND.
NILZA SILVA FERREIRA	PROFESSORA	PÓS-GRADUAÇÃO
NORMA SUELY ARAÚJO DOS SANTOS	PROFESSORA	ENS. SUPERIOR
RITA DE CÁSSIA SILVA SANTOS	PROFESSORA	ENS. SUPERIOR
TAHILE DE JESUS DA SILVA	PROFESSORA	ENS.SUPERIOR EM AND.
MARIA HELENA MELO GUIMARÃES	AUX. DE ENSINO	ENS. MÉDIO
MARIA BERNADETE C. S. OLIVEIRA	AUX. DE ENSINO	ENS. MÉDIO
ISRAEL FREITAS DA SILVA	DIGITADOR	ENS. MÉDIO
ALAILSON LEITE DE CARVALHO	TÉC. INFORMÁTICA	ENS. SUPERIOR EM AND.

EDNALVA LOPES LOBO	AUX. ADMINISTRATIVO	ENS. MÉDIO
ANTONIO SOARES DE CARVALHO	AG. DE PORTARIA	ENS. MÉDIO
ROSÂNGELA DOS SANTOS MATIAS	AUX. DE ENSINO	ENS. MÉDIO
ELIZETE DA SILVA LIMA COSTA	MERENDEIRA	ENS. MÉDIO
MARGARIDA FREITAS COSTA LIMA	MERENDEIRA	FUND. INCOMPLETO
ROBENIZE M. NUNES PINTO	AG. DE LIMPEZA	FUND. COMPLETO
RAFAELA DOS SANTOS BRITO	MERENDEIRA	ENS. SUPERIOR EM AND.
BRENDA SOUZA FERREIRA	AG. DE BIBLIOTECA	ENS. SUPERIOR EM AND.
TAISE DE OLIVEIRA LOPES	AG. DE LIMPEZA	ENS. MÉDIO EM AND.
OSMÁRIO DA SILVA SANTOS	AG. DE LIMPEZA	ENS. MÉDIO
OZANAR DE OLIVEIRA LEITE	AG. DE LIMPEZA	FUND. INCOMPLETO
ANTENOR GONÇALVES DA SILVA	AG. DE LIMPEZA	FUND. INCOMPLETO
ADRIANA SANTANA DE BRITO	AG. DE LIMPEZA	FUND. INCOMPLETO
SILENE DA SILVA SANTANA	AG. DE LIMPEZA	FUND. INCOMPLETO
DEBORA NERY DOS SANTOS	AG. DE LIMPEZA	FUND. INCOMPLETO
VALDELICE FREITAS DA SILVA	AG. DE LIMPEZA	FUND. INCOMPLETO

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

Temos como função social o compromisso e responsabilidade com uma educação de igualdade, e equidade para todo o público de alunados, sem distinção e também assumir o papel de propiciar possibilidades com ações pedagógicas que favoreça a interação social aos nossos educandos, tornando um espaço afetoso, inclusivo, acolhedor e motivador, que leve o aluno a ser coautor e protagonista no processo de ensino.

Como missão, manter a escola um espaço agradável, nosso compromisso é proporcionar um ambiente de aprendizagem seguro e estimulante buscando ensino de excelência, desenvolvendo indivíduos ativos com questionamentos à serem capazes de fazer suas próprias escolhas, respeitando e reconhecendo suas diversidades, favorecendo suas habilidades de aprendizagens e conhecimentos, para que eles aprendam a construir a sua auto confiança e assim tomar decisões e desenvolver sua capacidade de articular ideias e sentimentos.

Uma escola onde possamos alcançar a excelência com o ensino de qualidade, prezando sempre pela transparência em nossas atividades, ética, responsabilidade e compromisso com a qualidade de ensino, democrática, receptível e criativo, respeitando os saberes e tornando assim nossos alunos cidadãos críticos-reflexivos e autônomos. Os valores são atitudes morais com as quais devemos nos comportar e vivenciar diante da sociedade. Enquanto escola nosso dever é traçar caminhos que prevaleça a visão de formar cidadãos capazes de analisar e interagir em seu meio.

Em nossa instituição prevalecem os valores como princípios éticos e de fundamental importância na integridade do ser, são eles:

- ✓ Solidariedade;
- ✓ Honestidade;
- ✓ Ética;
- ✓ Humanização;
- ✓ Empatia;
- ✓ Respeito mútuo;
- ✓ Respeito as diferenças e ao meio ambiente;
- ✓ Comprometimento;
- ✓ Justiça;
- ✓ Paz;
- ✓ Autonomia;
- ✓ Responsabilidade;
- ✓ Disciplina;
- ✓ Inclusão.

1.2. Características e Finalidades

Como educadora social, formadora de opiniões a Escola Leôncio Horácio de Almeida desenvolve pensamento crítico para as crianças, adolescentes da comunidade em que a mesma está inserida, na comunidade de Guaribas podendo assim transformar e mudar a vida das pessoas. O papel é promover o diálogo entre

escola, família e comunidade. Os princípios que norteiam o trabalho da escola é equidade, diálogo, participação social, igualdade e formação.

A intenção principal é demonstrar que a escola é de fundamental importância para todos e a comunidade ter a escola como uma referência de respeito aos valores que são passados pela mesma, sendo um ambiente saudável de apoio para formação do cidadão que faz parte da sociedade.

De forma eficaz ainda não é o ideal, tendo em vista que a mesma precisa inserir mais a comunidade na sua rotina, nas comemorações e eventos entre outros. É uma comunidade simples com acesso a água, energia, mas algumas regiões permanecem ainda sem esses benefícios. São ruas de paralelepípedos e cortada por estradas de chão, as famílias dos alunos são simples e dependem totalmente da escola para garantir a educação dos seus filhos.

As famílias são de baixa renda, são moradores centrais da comunidade e adjacências circunvizinhas, a maioria são alfabetizados, mas ainda tem uma porcentagem de pais que não são escolarizados e com pouca instrução, geralmente são trabalhadores rurais, domésticas, pedreiros, servidores públicos. As principais fontes de rendas das famílias são a aposentadoria, para alguns, benefícios sociais e atividades agrícolas, pois, a agricultura é a principal atividade desenvolvida na comunidade.

Quanto aos serviços públicos de saúde o Povoado e as Comunidades adjacentes dispõem de um posto de saúde da família que atende a demanda e as necessidades de todos os moradores locais. Possuem também alguns estabelecimentos comerciais privados, com pouco acesso a atividades culturais e área de lazer.

A instituição é constituída de sete salas de aula (07), secretaria, almoxarifado, banheiros para funcionários, Telecentro Comunitário, banheiros masculino e feminino para alunos, professores e coordenação. A relação Escola X Família ocorre de forma bem ativa, com visitas regulares realizada pelas equipes de apoio como o Projeto EU Amo Minha Escola, os colaboradores, a presença da família na escola quando necessário.

A Escola Leôncio Horácio de Almeida funciona em dois segmentos sendo o Fundamental dos anos iniciais do primeiro ao quinto ano (1º ao 5º ano) no turno matutino e o Fundamental dos anos finais do sexto ao nono ano (6º ao 9º ano) no turno vespertino. A mesma atende um total de 74 alunos dos anos iniciais e um total de 105 alunos do sexto ao nono ano, dessa forma a instituição tem uma demanda de 179 alunos.

Temos como finalidade formar cidadãos críticos, participativos, reflexivos e ativos na sociedade e como instituição social deve possibilitar o crescimento humano nas relações interpessoais, bem como propiciar a apropriação do conhecimento, tendo sempre como referência a realidade do aluno. Na comunidade de Guaribas devemos ressaltar a diversidade local e propor a participação continua de todos, para que desta forma possa ser desenvolvido um trabalho social de relacionamento entre indivíduo.

- ✓ *Levar em consideração a cultura local;*
- ✓ *Tomar decisões coletivas;*
- ✓ *Desenvolver projetos resgatando a cultura da comunidade e adjacências;*
- ✓ *Realizar momentos de oficinas levando para dentro da escola moradores da comunidade;*
- ✓ *Contribuir ativamente para melhoria do meio ambiente;*
- ✓ *Explorar o espaço geográfico da comunidade;*
- ✓ *Valorizar como forma de reconhecimento o trabalho local da família: agricultura, pecuária, pesca, artesanato e caça.*
- ✓ *Promover atividades de ensino que estimule o exercício das práticas e vivências da própria comunidade;*
- ✓ *Assegurar que os alunos permaneçam na escola;*
- ✓ *Identificar os alunos com baixo rendimento e viabilizar estudos de reforço e recuperação da aprendizagem;*
- ✓ *Garantir que ao final do Ciclo da Alfabetização os educandos tenham consolidado as competências e habilidades específicas ao ano no qual ele está inserido.*
- ✓ *Articular com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.*
- ✓ *Organizar junto com os educandos eventos abertos aos familiares e à comunidade.*
- ✓ *Estabelecer ações para garantir a participação dos pais no processo ensino aprendizagem;*
- ✓ *Propor atividades pedagógicas fora da escola, como passeios e excursões, levando os educandos a conhecerem e a explorarem de forma planejada, os diferentes espaços naturais, culturais e de lazer da sua localidade.*

1.1 Linha do tempo: História Institucional

A Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida situa-se no povoado de Guaribas localizadas em áreas rurais do município de Anguera. Com o processo de

abertura e redemocratização escolar, em meados da década de 1980, houve uma grande ampliação de oferta do ensino público, respondendo uma considerável demanda social. Essa orientação nacional encontra correspondência em Anguera, com a construção de diversas escolas nas áreas rurais do município, em resposta ao aumento da demanda, a cobrança popular e a política nacional de universalização do Ensino Fundamental.

A partir da necessidade de uma escola maior no povoado de Guaribas, a população foi até o então prefeito Armando Sofia Brandão pedir para que construísse uma unidade escolar que atendesse tais necessidades. A comunidade também solicitou do Sr. Leôncio Horário de Almeida, então Vereador, a doação de um terreno para a construção da unidade escolar. Em retribuição a essa ação, a escola foi intitulada Escola Municipal Leôncio Horário de Almeida, como é conhecida até os dias atuais.

A escola foi inaugurada em 11 de outubro de 1987, na gestão do então Prefeito Armando Sofia Brandão, contando com 4 (quatro) salas de aula, 1 (uma) cozinha, 2 (dois) banheiros e 1 (uma) secretaria, com autorização para funcionar de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino. Porém, a partir de 1998 passou a funcionar também no turno noturno, contribuindo para a Alfabetização de Jovens e Adultos.

Muitos foram os professores que se destacaram em suas atividades, entre elas as primeiras educadoras da escola, Zelina Constância Lobo, Margarida Costa da Silva, Ana Rita de Almeida Carneiro, Zenilda Almeida Figueredo, Maria Odete Ataíde de Carvalho e Luciene Almeida Oliveira. Devido à carência de um transporte escolar que suprisse o acesso da grande demanda de estudantes até a sede do município, a comunidade mobilizou-se e solicitou ao poder público, alternativa para que fosse possível prosseguir os estudos nesta escola. O pedido foi atendido e os alunos deram continuidade aos estudos.

Atendendo a solicitação da comunidade, no ano de 1999, na gestão do então prefeito José Ary Vieira de Santana Filho, a escola foi ampliada, sendo construído mais 3 (três) salas de aula, 1 (uma) sala de leitura, 2 (dois) banheiros, 1 (uma) diretoria e 1 (uma) nova secretaria. A antiga secretaria passou a funcionar como

almoxarifado. Com essa ampliação, conforme a portaria 046/99, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 06 de agosto, a escola foi autorizada a ampliar sua oferta de ensino, atendendo também alunos de 5ª à 8ª série.

Atualmente, a escola vem desenvolvendo um trabalho com atividades pedagógicas articuladas com projetos interdisciplinares que buscam a formação para a cidadania, a fim de oferecer uma educação de qualidade, conquistando o reconhecimento e a confiança dos agentes envolvidos direta e indiretamente no processo educativo.

1.3 Diagnóstico Atual

1.3.1 Avaliação Institucional

Entendemos que avaliação é uma ferramenta de suma importância para o processo de acompanhamento contínuo das atividades, é o momento em que a instituição deve estar avaliando todo o processo educativo assim como mapear, diagnosticar os resultados obtidos e realizar as intervenções necessárias para melhorar o aprendizado do alunado. Em nossa instituição o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é para alunos do quinto e nono ano (5º e 9º).

Esses resultados é o que irá compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Onde até então os resultados encontrados não são satisfatórios, sendo necessário intervenções que busquem melhorar a qualidade dos alunos aprimorando as competências e habilidades com base nas diretrizes apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo Vitor Paro (2008, p. 81):

É preciso prever instrumento institucional que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o próprio processo escolar como um todo, com a presença de alunos e de pais, pois eles são usuários da escola e a elas competem apontar problemas e dar sugestões de acordo com seus interesses.

No entanto, a avaliação institucional possibilita um diagnóstico do espaço escolar identificando os desafios e superando coletivamente. Sendo assim, é preciso uma constante avaliação no contexto escolar, visando apenas não só os resultados

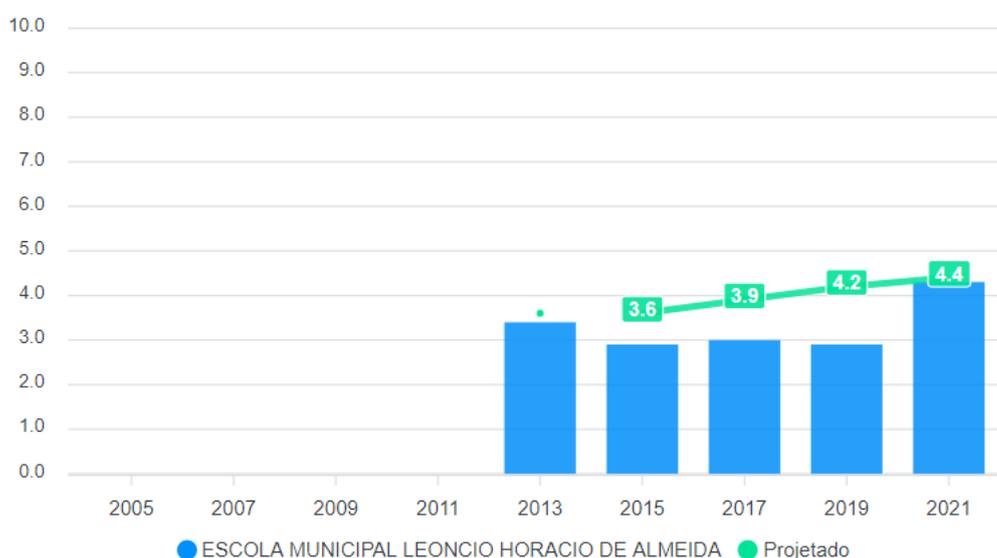
qualitativos, mas o desempenho, as práticas pedagógicas assim como o bom funcionamento da nossa instituição.

Dessa forma, a avaliação constitui-se como um processo pautado na discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola, pertencente à construção da autonomia, já que fornece subsídio para melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho. A avaliação Institucional articula as demais avaliações, externas e internas realizadas em sala de aula.

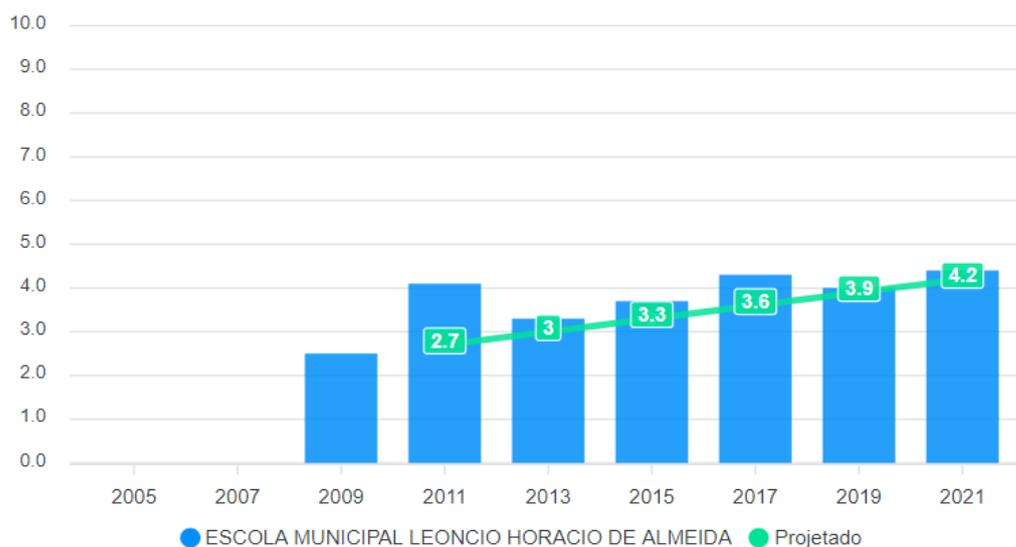
Dessa forma, a avaliação institucional torna-se um instrumento de orientação do trabalho educativo, a partir da construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa, capaz de intervir efetivamente na realidade educacional, no sentido de contrapor-se a crescente exclusão e ao aprofundamento das desigualdades sociais.

Cabe ao gestor escolar dirigir os diferentes atores escolares na realização de suas atividades, além de auxiliá-los na superação dos desafios cotidianos que podem prejudicar o funcionamento harmônico da escola e comprometer o sucesso escolar, na medida em que prejudicam o aprendizado do aluno. Conhecer os diferentes elementos da gestão educacional permite compreender que a emergência dos desafios enfrentados nas escolas pode estar relacionada a diversos fatores, ao se obter resultados críticos como os baixos níveis de aprendizagem, as repetências contínuas, a evasão e o abandono escolar.

Evolução do IDEB



Evolução do IDEB



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Com base nos resultados obtidos da nossa escola percebemos que os resultados relacionados os anos de 2013, 2015, 2017 há uma caída, no ano de 2019, tivemos uma estabilidade em 3,9 e em 2021. Nos anos iniciais do quinto (5º) ano, ficamos com média 4,2 houve um avanço, mas ainda não é o esperado, pois, tínhamos como meta 4,4. Para os anos finais acontece da mesma forma, nos últimos três anos ocorreu uma queda onde o resultado foi insatisfatório, já no ano de 2021, houve um pequeno avanço, isso também se dar por conta do período da pandemia onde ocorreu cem por cento de aprovação e também sem evasão.

A média alcançada não é o adequado o déficit da aprendizagem ainda é insatisfatório isso acontece, devido falta de interesse de alguns deles, à distorção idade/série, o que nos leva ter um alto índice de reprovação. Devido à falta de estímulo por parte de alguns alunos a evasão ainda acontece de maneira esporádica, mas diante desse problema e dos dados apresentados, uma das metas no plano de ação da nossa escola, é trabalhar, promovendo ações que visa a melhoria no aprendizado dos nossos alunos tentando sanar essas dificuldades conseguindo avanço melhores nos resultados futuros do IDEB, realizamos conscientização a não evasão e busca ativa constante tentando solucionar de forma eficaz.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de ser Humanas, Sociedade e Cultura

A Antropologia Cultural, explica que o homem é possuidor e criador da cultura, tendo interesse pelas manifestações artísticas reveladas no conhecimento das habilidades, técnicas, e normas de comportamento do modo de ser de cada comunidade, dentro desse contexto a nossa escola tem como concepção formar cidadãos autônomos, livres e ativos na construção do conhecimento tornando-se assim participativo, sabendo do seu papel na sociedade e capaz de interagir ao meio em que vive.

Contudo percebemos que a formação do homem não depende só da escola, mas, abrange toda esfera familiar, educacional e da convivência dele com o outro. É de fundamental importância inserir os cidadãos no contexto de um mundo novo, de forma que o possibilite na construção contínua de sua própria formação para exercício da cidadania.

A nossa instituição visa formar cidadãos, atuantes na sociedade em que vive de forma responsável e democrática valorizando sempre a cultura da sua comunidade local e sociedade como um todo, adquirindo conhecimentos éticos, valores sociais, respeitando assim as diversidades coexistentes.

A sociedade passou por várias mudanças ao longo dos anos, no que diz respeito às diversas áreas do conhecimento. Diante disto o papel principal da escola é apresentar para todos dentro da instituição, caminhos para uma transformação social de toda sociedade. Segundo Freire (2002, p.p. 72-73):

Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, seres inacabados, inconclusivos em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.

As inovações tecnológicas possibilitaram adquirir novas habilidades e assim aprimorar as práticas pedagógicas levando a educação a um patamar de ensino de qualidade.

(...) democracia integral seria o sistema político que garante a cada um e a todos os cidadãos a participação ativa e criativa, enquanto sujeitos, em todas as esferas de poder e de saber da sociedade; o sistema que garante a cada um e a todos o direito de sermos co-autores do mundo. (ARRUDA E BOFF, 2000, p.19).

A cidadania representa para todos os direitos de ir e vir, acumulando assim conhecimentos necessários para um bom desenvolvimento e convivência social.

A nossa escola vem realizando um trabalho voltado para a realidade do aluno valorizando e respeitando sempre a cultura local da comunidade, através de pesquisas, entrevistas, exposições de fotos como também apresentações e resgate de manifestações culturais, demonstrando o valor da grande importância que a cultura tem na vida dos envolvidos na comunidade escolar.

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

O projeto Político Pedagógico (PPP), defende igualdade de condições para acesso e permanência de todos estudantes na escola de forma democrática considerando os saberes diferentes de cada aluno, a cultura e experiências da comunidade escolar.

Para o ECA 1990, em seus artigos 3º e 4º diz que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990), em seus artigos 3º e 4º, considera a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, que devem gozar de proteção integral e de todas as oportunidades e facilidades, a fins de lhes facultar o desenvolvimento em todas as suas dimensões, física, mental, moral, espiritual e social, com liberdade e dignidade, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos referentes a todos os aspectos da sua vida.

Dentro deste contexto a nossa instituição de ensino, tem o papel de suma importância na construção e formação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, pois, para que tudo ocorra de forma integrada a nossa escola e rede precisa estar bem articuladas e seguindo todos os pressupostos que estão definidos nos documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), o Documento Curricular Referencial do Município (DCRM), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Plano Municipal de Educação (PME).

A Constituição permite o direito de todos na escola de forma igualitária:

Art.205. A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A nossa instituição prioriza práticas pedagógicas com base no qual se refere os documentos supracitados, valorizando sempre o ensino com base nas habilidades e competências em que o alunado precisa adquirir durante todo o processo de ensino e aprendizagem, formando alunos capazes de desenvolver a capacidade do seu raciocínio-lógico e sua própria independência.

O sistema de ensino, baseado em documentos norteadores prioriza o trabalho realizado nas práticas pedagógicas do “construtivismo e socio-construtivismo,” respeitando as diferenças, buscando inseri de forma gradativa a inclusão e equidade.

1.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

A ciência é um fator primordial para o desenvolvimento na vida do ser humano, é através dela que se pode desenvolver os saberes científicos, culturais, conhecimentos, vivências e experiências adquiridas.

A tecnologia vem tomando espaço na escola, a mesma vem sendo usada com objetivo de inovar e orientar as práticas pedagógicas, favorecendo a interação entre os alunos tornando o processo de ensino aprendizagem enriquecedor. Dentro deste contexto para que as inovações tecnológicas possam ser utilizadas no ambiente escolar de maneira plena, os professores e os demais colaboradores, precisam se capacitar e buscar mais informações e recursos sobre este mecanismo que está presente no cotidiano de todos, sendo necessário ser utilizado com mais eficácia no ambiente escolar.

Atualmente, a tecnologia vem sendo um dos principais fundamentos de recursos metodológicos utilizados no ensino e que através dela o professor pode aprimorar suas práticas em sala de aula, utilizando todo o ambiente virtual e levando assim para as novas técnicas de ferramentas como: Slides, textos virtuais, aplicativos através das redes sociais com informações significativas, que podem de maneira geral, favorecer no processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

Pensando nessa conjectura, Silva e Anecleto (2019, p. 129) enfatizam que:

A escola, no contexto das TIC, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexas da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado.

É visto que o homem não existe sem o trabalho, sendo assim, o trabalho tem uma fundamental importância por ser um dos principais meios de sustento para a sobrevivência na sociedade. É necessário que nós enquanto escola por meio de uma educação integral busque preparar os nossos educandos de forma a garantir os valores, a cultura, a tradição, o meio ambiente além de histórias e memórias valorizando e respeitando os costumes da comunidade local.

Segundo Libâneo (1994, p. 70):

A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

O trabalho diante de uma sociedade moderna e contemporânea remete apenas ao aspecto capitalista, onde tudo gira em torno do sistema econômico. Os trabalhadores exercem uma jornada extensa de trabalho e recebem um valor mínimo e muitas vezes irrisória como remuneração.

Na comunidade de Guaribas a população como um todo, utiliza como principal fonte de renda tudo que é produzido através do plantio de: feijão, milho, hortaliças, frutas, legumes e verduras, que para muitas dessas famílias é o único meio de sobrevivência e sustento ao homem do campo. Sendo assim, a agricultura, a pecuária e o comércio são os principais meios de subsistência do povoado.

2.4. Concepção de Currículo

O currículo é considerado um componente social. Cada período histórico é caracterizado por multifatores, dentre tais aspectos pode-se destacar: os econômicos, sociais e políticos. Esses fatores influenciam direta ou indiretamente no currículo, uma vez que estes proclamam os interesses e os sistemas de ideias das categorias (grupos) que o estabelecem, sendo assim, refletirá no trabalho docente e, em consequência, no desenvolvimento dos educandos.

Para Sacristán, (2013, p. 18):

O currículo age como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmite e impõem regras, normas e uma ordem que são determinantes.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera, parte do pressuposto que, o currículo vem a ser o caminho, a rota, sendo a proposta de organização de uma trajetória de escolarização, envolvendo conteúdos estudados, atividades realizadas, competências desenvolvidas com vista no desenvolvimento pleno do educando. A proposta do currículo parte de um interesse coletivo, (re) pensando, (re) significando e alinhando as necessidades em uma totalidade.

O currículo anguerense adotou a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular Referencial da Bahia. Por sua vez, os PPP's das unidades escolares levam em consideração os conceitos centrais de territorialidade, educação integral, diversidade e autonomia. Para isso, consultas públicas foram feitas, questionários desenvolvidos e aplicados, para a comunidade escolar como um todo, fazendo assim, um documento regimentado na democracia e no global.

O artigo 26 da LDB (2018, p.19) afirma que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera reconhece a importância da inserção das diversidades no currículo, contemplando conhecimentos específicos do Município, despertando na escola uma consciência

crítico-reflexivo, compreendendo que cada aluno traz uma trajetória e uma identidade a ser preservada. Desse modo, o currículo não é definido sem antes passar pelos protagonistas principais, os estudantes, para a averiguação dos seus conhecimentos prévios e da realidade que os cerca.

A Parte Diversificada se constitui em uma política que apresenta um espaço narrativo para se produzir práticas curriculares com base na cultura local por meio de ações políticas cotidianas, mas em interlocução com políticas educacionais que são interpretadas e traduzidas no contexto da prática.

O currículo inclui conhecimentos relacionados à Anguera, abordando alguns pontos relevantes como:

- ✓ Origem/História;
- ✓ Resgate e valorização cultural;
- ✓ Aspectos geográficos e naturais;
- ✓ Potencialidades empreendedoras locais.

O currículo inclui tudo que está relacionado com fundamentos, teorias e práticas a ser realizado dentro dos critérios estabelecidos pela instituição escolar ou rede de ensino, respeitando todos os parâmetros que vinculam em torno da educação básica. Contudo, para que o currículo funcione é preciso que ocorra uma didática qualificada com possibilidades de uma melhor aprendizagem em todo o processo de formação dos envolvidos.

Para Arroyo (2013, p. 11):

Movimentos que pressionam por currículos de formação e de educação básica mais afirmativa dessas identidades coletivas. Que pressionam, ainda, para que entrem no território do conhecimento legítimo as experiências e os saberes dessas ações coletivas, para que sejam reconhecidos sujeitos de memórias, histórias e culturas. Os movimentos sociais trazem indagações e disputas para o campo dos currículos e da docência.

2.4.1 Fundamentos do Currículo

O currículo é o fundamento das práticas pedagógicas e do planejamento, baseado nas ações a serem desenvolvidas no ensino. Organizando assim, todo material a ser trabalhado de forma dinâmica e aperfeiçoando cada vez mais toda

metodologia a ser aplicada em sala de aula levando em consideração a relevância das práticas curriculares na atualidade.

Arroyo (2008, p. 20), afirma que “É possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção, da autonomia, da mediação, da construção da responsabilidade com o coletivo”.

Nessa perspectiva, consegue-se perceber que na educação os balizadores devem ser o todo, a avaliação precisa ocorrer sim, mas de forma justa e pautada nos princípios que regem o currículo.

Em linhas gerais, a avaliação da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Anguera, de forma processual, prevê que o quantitativo deve existir, porém não em detrimento do qualitativo, e dessa forma, o ato de avaliar deve ser um incentivo para as mudanças na prática ensino aprendizagem, ou seja, ambas as partes serão contempladas com os resultados das avaliações. Há ainda que se considerar as competências socioemocionais que podem ser observadas e extraídas das competências gerais que a BNCC apresenta para toda Educação.

O currículo é o fundamento das práticas pedagógicas e do planejamento, baseado nas ações a serem desenvolvidas no ensino. Organizando assim, todo material a ser trabalhado de forma dinâmica e aperfeiçoando cada vez mais toda metodologia a ser aplicada em sala de aula levando em consideração a relevância das práticas curriculares na atualidade.

É o que relata a BNCC (2019, p. 16):

BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se entre outras ações.

2.4.2. Princípios do Currículo

O currículo organiza a trajetória da escola, ele não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido, ou seja, valoriza os aspectos físicos, sociais, afetivos, cognitivos e emocionais de cada um podendo estar em constantes mudanças. O currículo precisa ser adaptado ou readaptado conforme necessidade do público de alunos em que está sendo contemplado e como dever da escola estar preparada para receber esse aluno, sem qualquer distinção, sejam eles de quaisquer etnias: Quilombola, Indígena, Circense, Ribeirinha ou tantas quantas outras existirem.

Os princípios que norteia a nossa escola é igualdade de acesso e permanência na escola oferecendo qualidade para todos a fim de evitar possíveis repetências e a evasão; uma gestão democrática envolvendo a participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas a serem desenvolvidas, liberdade associado a ideia da autonomia, pois, faz parte da própria natureza do ato pedagógico.

A formação integral do professor favorecendo pela qualidade do ensino ministrado na escola, melhoria da qualificação profissional e valorização do trabalho pedagógico, e a cultura que é papel da escola garantir os direitos de aprendizagem sobre a diversidade cultural.

2.5. Concepção de Gestão Democrática

Gestão Democrática: A gestão da escola Leôncio Horácio de Almeida desenvolve um trabalho democrático onde todos são ativos, colaborando no processo da gestão e nas tomadas de decisões para o bom desenvolvimento escolar. No contexto de ensino dentro da rede, as ações são realizadas de maneira eficaz pela equipe pedagógica, sendo assim responsável para que toda prática exercida no ambiente escolar, possa contemplar de maneira satisfatória a aprendizagem dos nossos educandos.

O trabalho realizado pela gestão precisa ser participativo e em harmonia com toda equipe de colaboradores, opinando e estando apto a ouvir sugestões

aprimorando ideias para que dessa forma todos consigam trabalhar em unidade. Para a nossa escola um dos princípios mais importantes dentro da gestão democrática é a transparência nas tomadas de decisões e parceria que é essencial na maioria dos aspectos a serem realizados seja ela na parte administrativa, quanto na pedagógica, para que dessa forma tudo que for proposto nessa instituição seja de fato, colocado em prática.

De acordo com Paro (1997, p. 6)

A democratização da gestão da escola básica não pode restringir-se aos limites do próprio estado, --- promovendo a participação coletiva apenas dos que atuam em seu interior --- mas envolver principalmente os usuários e a comunidade em geral, de modo que se possa produzir, por partes da população, uma real possibilidade de controle democrático do Estado no provimento de educação escolar em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade.

Portanto, para uma gestão democrática é necessário a participação de todos os membros inseridos na escola, assim como o envolvimento da comunidade e de todos, é de extrema relevância para o crescimento no desempenho de suas funções. A nossa escola busca trabalhar com transparência levando a conhecimento de todos os trabalhos desenvolvidos pela instituição abrangendo o processo educativo, e tudo o que ocorre na parte burocrática demonstrando que a escola precisa estar presente na vida social.

No presente momento a Escola está trabalhando o projeto Ação juventude, no intuito da construção do Grêmio Estudantil, possui o Conselho Escolar que trabalha de forma ativa com reuniões periódicas para discussões de acordo com os ocorridos no espaço escolar.

2.6. Princípios orientadores da prática pedagógica

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

Para uma boa prática pedagógica é necessário levar em consideração princípios éticos: à interdisciplinaridade, a contextualização, a autonomia, a responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem comum. A pesquisa é vista como um princípio científico e educativo, elemento fundamental que precisa estar inserida

numa perspectiva transdisciplinar no contexto escolar iniciando desde a educação básica, a prática da pesquisa deve estar inserida ao processo de ensino aprendizagem e constituída para a formação do educando.

Em nossa escola valorizamos o campo da pesquisa uma ferramenta como prática contextualizada e de grande valia que busque instigar os nossos alunos o seu saber para o desenvolvimento na aprendizagem e que o professor seja motivador e mediador desse processo tornando o discente protagonista do seu próprio conhecimento. Para um bom funcionamento do trabalho pedagógico, a pesquisa no campo da educação é de fundamental importância para direcionar e orientar na formação do alunado e contribuir para uma aprendizagem significativa.

Precisamos estar presente com a sociedade, pensando nisso trabalhamos com alguns aspectos importantes para a formação dos estudantes: o social, trazendo a comunidade local para a escola, a exploração do comércio local através de pesquisas realizadas no comércio local, utilizando os dados para criação de gráficos e tabelas, para serem envolvidos nas práticas e atividades em sala de aula. Na área psicológica e emocional da comunidade escolar quando identificado, alguns sinais de alteração no comportamento dos envolvidos é encaminhado para o acompanhamento com o profissional da área.

Trabalhando o lado afetivo, a escola recebe todos de forma acolhedora, pois, a mesma é a base para uma boa relação entre escola e família, esse trabalho é feito dentro e fora da sala de aula, visitando e conhecendo melhor os nossos estudantes que estão inseridos no ambiente escolar, valorizando a cultura local e conhecendo as vivências familiares na comunidade, podendo assim expressar seus conhecimentos prévios e tornar-se educandos ativos.

2.6.2. O trabalho como Princípio Educativo

O trabalho é uma ferramenta essencial na construção dos valores do ser humano, neste contexto a nossa escola tem um papel importantíssimo na formação da vida do educando seja ela profissional ou social, sendo assim, é preciso a valorização da diversidade dos saberes e vivências culturais no que se refere ao mundo do trabalho.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 4º, reafirma a quem resguarda o dever de assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes: público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde à alimentação, educação, ao esporte, ao lazer, profissionalismo, cultura, e dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Nossa escola na perspectiva de construção da cidadania busca enfatizar a relação entre o trabalho e a educação, pois, ambos são extremamente importantes na produção do conhecimento para a vida do ser. Para isso é necessário preparar os estudantes para o mundo do trabalho envolvendo e valorizando como princípio educativo levando a uma teoria pedagógica como ação humanizadora determinante da cultura, do conhecimento, e dos valores enfatizando as demandas socioeconômicas e ambientais, respeitando suas vivências tornando-os sujeitos de direitos e deveres capazes de atuar na sociedade.

Para Arroyo (2014, p. 101),

A cultura, os valores, os símbolos, as linguagens não são meros produtos do trabalho. O trabalho, a terra, toda atividade produtiva, todo trabalho é atividade cultural, e a cultura é ela mesma atividade produtora. Não mero produto, mas atividade produtiva de formas de trabalhar, produzir a terra, as relações de trabalho, produzir formas de pensar, de identidades, valores. Produtora de humanos. A cultura é também princípio educativo, matriz formadora inseparável do trabalho, não mero produto do trabalho.

O trabalho é visto como uma atividade fundamental do ser humano, para isso é importante que a nossa escola possa trabalhar desde cedo, demonstrando a importância do trabalho em nossas vidas e levar o aluno aprender a aprender preparando para a vida diante da sociedade.

2.6.3. O respeito à diversidade

O ambiente escolar tem como dever orientar o respeito às diferenças, é neste ambiente que o aluno começa perceber mais claramente que a diversidade precisa ser valorizada e respeitada, muitos educandos chegam na escola com um contexto familiar contraditório sem concepções e conceitos de valores, o que acaba influenciando no comportamento e ações dos alunos. Diante disso, é papel da comunidade escolar desenvolver um trabalho com discussões, seminários, roda de

conversas, palestras voltadas para a realidade local e favorecer o respeito as diferenças e aumentar a autoestima dos alunos, respeitando as diversidades de gêneros, religião, etnia racial e cultura.

As ações educativas precisam ser aplicadas de forma mais intensa e passar a fazer parte do plano de aula do professor. Ter um bom diálogo com os alunos, explicando sempre com clareza os conceitos de preconceito, racismo e discriminação, para que ocorra um melhor entendimento de todos sobre esta temática. O ideal é que o educador junto com toda comunidade escolar possa tornar na medida do possível o espaço em um local onde esses conceitos são priorizados e seja uma preocupação coletiva.

Dentro de toda está temática destacamos também a Lei nº 11. 645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história a cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Algo que também faz parte da cultura local e que deve ser inserido de forma mais ampla e prática nas atividades realizadas em sala de aula.

Segundo Costa (2014, p. 5):

“A diversidade tem ligação estreita com igualmente, um dos princípios do estado democrático. Portanto, em educação, é fundamental que os profissionais tenham condições para reconhecer a heterogeneidade social e o direito que todos têm, mediante a equidade no tratamento dos diferentes grupos sociais. A equidade revela que a diferença entre os diversos grupos sociais não deveria comprometer a igualdade de direitos, pois as diferenças não podem se converter em desigualdades” (COSTA).

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O planejamento pedagógico

O planejamento é o ato de criar estratégias, para facilitar e otimizar a conquista dos seus objetivos, é um instrumento essencial para prática pedagógica do professor, pois possibilita uma organização metodológica do conteúdo a ser desenvolvido e facilita no processo de ensino-aprendizagem. É de suma importância que o ato de planejar, seja algo a ser feito de forma diária como uma das principais ferramentas para nortear a execução das atividades enfatizando sempre a necessidade de se trabalhar a interdisciplinaridade e a contextualização nas atividades realizadas.

O planejamento é feito por cada professor, orientado e mediado pela coordenação no período das atividades complementares como as (ACs), que acontece semanalmente para o ensino fundamental dos anos iniciais e quinzenalmente para o ensino fundamental anos finais, podendo ser em grupo ou individualmente, o mesmo deve contemplar o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, elementos essenciais, a exemplos da ludicidade, que tornem as aulas mais atrativas e dinâmicas, visando alcançar a aprendizagem significativa individual e coletiva de cada aluno.

Na elaboração de um planejamento participativo a equipe pedagógica contribui de forma considerável para a construção das ações pedagógicas, baseando-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador de todo trabalho realizado pelos professores. Procuramos agregar todas as competências e habilidades propostas pelo plano de curso que contempla todas as áreas do conhecimento referentes a cada Etapa Letiva que se divide em três: primeira, segunda e terceira etapa, tendo como foco desenvolver gradualmente as habilidades, para garantir os direitos das aprendizagens dos alunos.

Diante disso, a escola precisa identificar as dificuldades existentes, e de forma democrática e coletiva traçar ações com metodologias enriquecedoras que possa viabilizar na aprendizagem do nosso alunado, o planejamento é flexivo, devendo ser alterado e adaptado caso haja necessidades encontradas ressignificando todo o percurso e as práticas pedagógicas.

Para Libâneo (1994, p. 222),

Planejamento trata-se de “um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Interagir a coordenação da ação docente a problemática do contexto social em que o seu público alvo está inserido, visando, um maior rendimento escolar, pois facilitará e muito aos alunos, verem conteúdos que falem sobre a realidade que eles vivenciam em seu cotidiano. (LIBÃNEO, 1994, p. 222).

Para que todo processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira efetiva e constante, todos os professores precisam estar atentos as mudanças que a educação exige e trabalhar de acordo ao que está preestabelecido no currículo.

Dentro desse contexto o professor deve trabalhar de forma expressiva os projetos de leitura, sequências didáticas e demais atividades. Através de ações diárias e permanentes, para um aprendizado mais significativo com o intuito de intensificar a leitura de forma lúdica e dinâmica, despertando nos educandos o hábito frequente de ler, criando ideias e estratégias criativas que possam auxiliar o professor em todo processo na melhoria da aquisição do aprendizado e tornando o desenvolvimento em um ensino de qualidade para o melhor desempenho dos alunos.

Devem ser utilizados nesse percurso os diversos recursos existentes na escola para um planejamento favorável tais como: Jogos pedagógicos diversos, sala de leitura, fichas, tabuleiro, livros, revistas, cartazes, textos, mapas, como recursos digitais o uso do computador, data show, celular e filmes educativos. E também como principais objetos de estudo os documentos norteadores BNCC/DCRB e DCRM, material utilizado por toda rede como objeto de estudo e trabalho.

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem em nossa Escola é vista como instrumento que deve ser utilizado como subsídio para diagnosticar o desempenho dos estudantes e na melhoria no desenvolvimento do ensino. A mesma é um processo de extrema relevância para a educação, pois para que a escola possa concretizar a construção de métodos avaliativos precisa antes ter clareza do aluno, do ser cidadão que deseja alicerçar. Estar organizada em princípios democráticos, valorizar o interativo e por fim embora não menos importante, que possa contar com profissionais que priorizam as orientações teóricas metodológicas de construção coletiva do aprendizado.

Sendo assim, o professor deve estar sempre buscando novas metodologias didáticas, para que dessa forma o sistema de ensino possa ser analisado refletido e transformado em uma aprendizagem significativa. A avaliação possibilita aos educadores verificar se os seus objetivos foram alcançados, analisar sua prática e rever seus conceitos, para obter bons resultados. A avaliação precisa ser contínua através da observação do que for realizado dentro da sala de aula e quando necessário os registros.

O Conselho de Classe também é exercido na escola onde ocorre um Pré - Conselho a cada Etapa Letiva é discutido de forma democrática junto aos professores todas as ações e intervenções a serem realizadas com os alunos. E no final do ano letivo com a participação dos gestores, coordenação e professores é realizado o conselho de classe final, para avaliar os alunos se aprova ou reprova de acordo ao contexto escolar.

Avaliar é um ato muito complexo, daí a importância de construirmos um processo próprio de avaliação da unidade escolar que contribua para melhoria e efetividade do processo de ensino aprendizagem. É preciso vislumbrar instrumentos institucionais que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o próprio processo escolar como um todo. Dessa maneira, pensar acerca da melhoria da qualidade do ensino ofertado pela escola, significa desenvolver um olhar avaliativo sobre o espaço escolar. É importante que tenha a parceria e o envolvimento dos conselhos escolares na tomada de decisões no processo educativo.

Nessa perspectiva Perrenoud (1999), sinaliza que a avaliação, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos. “Nesse sentido, quando a avaliação é tratada numa perspectiva crítico-reflexiva, de forma processual e não apenas de mensuração de quanto se aprende”, considera-se o estudante em sua singularidade, oferecendo-lhe a oportunidade de construção do conhecimento de maneira íntegra.

Um dos grandes desafios para os dois primeiros anos do Ensino Fundamental é o de garantir o processo de alfabetização e letramento, assegurando aos estudantes a apropriação do sistema de escrita. A Rede Municipal de Ensino de Anguera orienta que no 1º ano do Ensino Fundamental a avaliação da criança seja feita através de relatórios descritivos, com menções que abordam os níveis de desenvolvimento da alfabetização, na tendência de cada componente curricular. Para o 2º ano quando a expectativa é consolidar o Ciclo da Alfabetização, dar-se início à avaliação de forma sistêmica, porém sendo processual durante o tempo formativo.

O formato sistêmico adotado para a avaliação da aprendizagem é desenvolvido de maneira processual, do 2º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental,

considera a divisão do ano escolar em três etapas letivas. Em cada etapa, para todos os componentes curriculares, sugere-se a aplicação de instrumentos de avaliação durante o processo formativo, cujo somatório apresenta valor de até dez (10) pontos. Nesse bojo, orienta-se também a observação sobre os critérios qualitativos e as competências socioemocionais em desenvolvimento por cada aluno.

No 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, o professor deve observar se os estudantes apresentam as competências, habilidades e os conhecimentos prévios necessários para prosseguir em direção à próxima etapa, prevalecendo para promoção o alcance das habilidades definidos para cada ano de estudo, cujos resultados serão expressos por meio de notas e relatórios. No entanto, apesar das notas somativas, o professor não deve perder de vista cotidianamente a utilização de procedimentos de observação e registro permanente do processo de ensino e de aprendizagem, o que implica em um acompanhamento contínuo do aluno.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano), prevalece para promoção o alcance das competências e habilidades definidas para cada ano de estudo, com resultados expressos através de notas. Contudo, tal prática não invalida a observação e o registro, devendo estes contemplar, inclusive, o olhar sobre o desenvolvimento do aluno quanto às competências socioemocionais. Três finalidades fundamentais se inserem na avaliação escolar como acompanhamento do processo de aprendizagem: diagnosticar o que está sendo aprendido, promover intervenções para adequar o processo de ensino à efetividade da aprendizagem e avaliar globalmente os resultados ao final do processo para conferir valor ao trabalho realizado.

3.3. Os temas Integradores

Educação em Direitos Humanos: As estratégias e ações desenvolvidas dentro do ambiente escolar devem perpassar por todas as áreas do conhecimento e também envolver todos os Componentes Curriculares. Levando o aluno a compreender melhor o mundo a sua volta e apropriar-se mais sobre seus respectivos direitos e deveres. Nessa perspectiva o Leôncio trabalha com os alunos

de forma bem objetiva, explicando e orientando os educandos sobre seus principais direitos e deveres.

Dentro do ambiente escolar os alunos devem aprender de maneira ampla a conhecer a maioria desses direitos. Como ter acesso à atendimentos com profissionais para tratar das diversas situações envolvendo o aluno, tanto no que diz respeito ao emocional, social e intelectual, tendo o acompanhamento sempre que necessário de psicólogos, assistentes sociais, conselho tutelar e especialista das áreas diversas e dos grupos de colaboradores da rede, responsáveis pela busca ativa dos educandos sempre que solicitado. Atentando-se para que o acompanhamento desses profissionais, sabendo da realidade do nosso entorno é necessária uma homogeneização desses atendimentos tão pertinentes ao nosso público e seja intensificado de maneira mais ampla que envolva toda comunidade escolar.

Em sala de aula pode ser trabalhado um comparativo sobre os direitos humanos desde a antiguidade aos dias atuais, através de debates, seminários, rodas de leitura, trabalhando os principais direitos e deveres, suas funções e a importância de respeitar e seguir o que deve ser feito por todos diante da sociedade, fazer faixas para mobilizar toda a escola explorando tal tema, mostrando vídeos, imagens.

Dessa forma a educação estará preparando o aluno para conviver em sociedade, sendo inseridos como agente gerador de ideias, argumentos, com opinião formada sobre os mais diversos temas favorecendo esse fortalecimento e aguçando a busca mais latente desses direitos como que traz aprovação da BNCC, que temos de oferecer materiais pautados nos direitos humanos, principalmente na abordagem das competências socioemocionais, sobretudo na empatia.

Educação para a Diversidade: A diversidade na Educação é algo que precisa ser trabalhado de forma mais intensa dentro da escola. Os alunos precisam entender e aprender a respeitar as diferenças entre os indivíduos. No Leôncio temos alunos com características diversas e nós enquanto escola, precisamos incluir estes educandos de modo que sejam respeitados por todos independente da sua etnia, religião, classe social ou gênero.

O trabalho pedagógico deve ser desenvolvido e pautado nesse contexto de maneira permanente, inclusiva e intensa. Através de atividades interdisciplinares, rodas de conversa, trabalhar com artes e gêneros textuais diversos que abordam essa temática, atividades envolvendo a diversidade cultural panfletos, explorar a cultura local, e ações internas de conscientização sobre respeito à diversidade. Por fim, é sempre relevante lembramos aos nossos estudantes, independente do componente curricular que a diversidade está intrínseca em nosso dia a dia.

É na multiplicidade que encontramos oportunidades de aprendizagem e da prática de empatia, inteligência emocional e a compreensão total das questões diversas que nos cercam.

Educação para o Trânsito: A educação para o trânsito deve ser trabalhada dentro da escola de maneira abrangente e informativa, falando sobre as leis, cuidados e infrações correspondentes a este tema integrador. Mesmo a escola Leôncio estando localizada em uma comunidade rural, se faz necessário a conversa sobre tal questão, pensando no educando além de sua comunidade. Devem ser apontados dentro deste tema alguns assuntos referentes a respeito, a gentileza, as informações sobre condutas e tolerância.

Ao trabalhar este tema devemos pensar na perspectiva das regras de trânsito e levar para sala de aula, atividades contextualizadas de acordo ao que é exigido dentro das normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Além disso, falar também sobre o autocontrole e empatia, envolver todos os componentes curriculares para explorar tais temas. Dentro da matemática falar sobre estatística, levantamento de dados sobre acidentes construindo assim gráficos e tabelas sobre essas informações. Nossa escola contribui de forma muito significativa na construção dos valores dos alunos, formando cidadãos conscientes para enfrentar a vida e os desafios em sociedade.

A escola Leôncio procura desenvolver um trabalho pautado na valorização da vida, orientando o seu alunado sobre o respeito referente às leis de trânsito, através de vídeos educativos. Intenta-se que a parti de agora tenhamos palestras de conscientização, atividades na teoria e na prática, envolvendo a comunidade fazendo todos refletir sobre a importância do uso frequente do cinto de segurança.

Redobrar os cuidados e atenção no que diz respeito ao utilizar, a faixa de pedestre, o semáforo, o celular que é uma das maiores causas de acidentes no trânsito.

A realidade do trânsito nas cidades muda de acordo com a proporção do município. Em Anguera tem-se um trânsito pacífico tendo em vista o tamanho da cidade, a qual possui algumas faixas de pedestre, mas não sendo necessário o uso de semáforo, sendo o transporte na modalidade alternativa na locomoção para as comunidade e linhas de ônibus nas viagens interurbanas. A sinalização da mesma atende ao que é prescrito pelas leis de trânsito no que diz respeito as vias urbanas. (DCRM, 2022, pág. 54).

Nas estradas que compõem as comunidades rurais do município, na sua grande maioria são de terra batida, no entanto, em boas condições de tráfego, exceto quando as chuvas se fazem constantes no município, por meio da qual surge muitos buracos, porém, logo são reparadas no período de estiagem. (DCRM, 2022, pág. 54).

De acordo com o Art. 74, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB):

“ A educação para o trânsito é o direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do sistema Nacional de Trânsito”.

Segundo o DCRM, dessa maneira entende-se que para formar o cidadão para o trânsito, faz-se necessário, a priori, a transformação de posturas/hábitos contraídas ao longo dos anos e a formação dos novos cidadãos, para que assim, possa se ter um ambiente urbano de qualidade.

Saúde na Escola: A saúde é um direito de todos na sociedade. Fazendo valer estes direitos a nossa escola Leôncio em parceria com a Secretária de Saúde, as Unidades Básicas de Saúde (USF) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), trabalham juntos diversas atividades voltadas para a saúde dos moradores e alunos da comunidade durante todo ano letivo, realizando ações voltadas para a higienização bucal e corporal, atualização de cartões de vacinas e atendimentos médicos. Desenvolvendo ações que garantem, para os nossos educandos o direito a uma vida mais saudável e ter acesso não somente aos atendimentos básicos, mas também aos necessários.

Por se tratar de uma escola localizada em uma comunidade rural e carente é preciso que ocorram constantemente atividades desse tipo para orientar. Exercendo um papel primordial nesse processo nossa Escola, pensando sempre no bem estar do discente, busca sempre atender as demandas da comunidade escolar, com marcação de exames variados com solicitação médica, quando sinalizado através de observações feitas pelo corpo escolar.

Essas ações precisam ser intensificadas através de roda de conversas, palestras, feira de saúde, atividades sequenciadas sobre hábitos de higiene, alimentação saudável, levando para as práticas pedagógicas como troca de experiências realizadas por profissionais específicos, tentando dá melhor forma possível motivar toda comunidade escolar.

Segundo o DCRM:

Ainda como intervenções pontuais nos serviços de saúde preveem-se a necessidade de contratação de mais profissionais como: psicólogos, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, médicos especialistas e enfermeiros para promover o bem-estar físico e mental da comunidade como um todo, abrindo um adendo e direcionando esse enfrentamento à comunidade escolar, onde os envolvidos serão envolvidos em programas de saúde tais como: prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, prevenção e controle da Dengue/Chikungunya/Zika vírus e outras arboviroses; prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas; promoção de hábitos e atitudes saudáveis; saúde sexual e saúde reprodutiva; prevenção de doenças imunopreveníveis, entre outras, contribuindo, assim, para a formação integral dos estudantes. (DCRM, 2022. p. 56).

Educação Ambiental: A Educação Ambiental (EA), um dos Temas Integradores sugerido pela BNCC, é definida pela Lei Estadual nº 12.056/2011, como o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando o desenvolvimento de uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra, principalmente no que concerne à fauna, à flora e aos recursos hídricos. (DCRM, 2022, p.57).

Todos nós temos direito à educação ambiental, ela é um fator predominante para a humanidade, mas, para isso é preciso à conscientização e preservação do meio ambiente, que vêm sofrendo com a poluição e o desmatamento, por ser um bem comum a todos, devemos ter consciência, ação e atitudes de boa conduta.

Diante disso a educação ambiental é um tema integrador, que deve estar incluso em todos os níveis das modalidades educacionais em caráter transversal, trazendo uma reflexão para que busque, trabalhar desde cedo em suas práticas pedagógicas, valores e atitudes em respeito ao meio ambiente que está sendo degradado. Nesse sentido é de grande relevância trabalhar com os alunos a importância do meio ambiente em nossas vidas porque é através dele que extraímos os seus recursos como forma de sobrevivência, para uma relação sustentável e equilibrada.

Sabemos que um dos jeitos mais simples de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta de nós professores na sala de aula e em atividades extracurriculares que abordem com veemência o tema meio ambiente e todo o seu conjunto de diversidade que o compõe.

A Escola Leôncio Horácio de Almeida busca junto a todos trabalhar com o meio ambiente e desenvolver atividades que contemple o ensino voltado para a realidade e vivência dos alunos: a preservação do meio ambiente, reaproveitamento, restos de alimentos domésticos que podem ser transformados em compostagem, pesquisas, reciclagem do lixo, mini hortas com recursos próprios, degradação do meio ambiente e o desmatamento, aula de campo e a exploração do meio ambiente no entorno da Escola.

Educação Financeira e para o Consumo: A Educação Financeira é um dos temas integradores que deve ser trabalhado de maneira interdisciplinar, conscientizando os alunos sobre a importância dos cuidados em relação ao consumo exagerado de produtos e a valorização do dinheiro, para que todos aprendam a não gastar de forma descontrolada comprometendo assim a sua renda e economia.

Para que nossos alunos se tornem um adulto financeiramente responsáveis, devemos mostrar a importância de ser e não do ter. Nossa Escola realiza atividades que envolvam o valor dos produtos, e avaliar através das informações apresentadas nas embalagens, o que é necessário saber antes do consumo desses alimentos.

Trabalhar com pesquisa de preços, elaborar gráficos e tabelas com os resultados, fazendo listagem do mais caro e do mais barato. É necessário levar para

a sala de aula metodologias como atividades lúdicas e motivadoras que leve o aluno a uma reflexão crítica. Montar comércio fictício utilizando rótulos de produtos para manusear o dinheiro de forma correta orientando a todos sobre a importância da economia para uma vida equilibrada.

É através do Componente Curricular Empreendedorismo Local Regional que questões como essa devem ser abordadas para conscientizar a comunidade escolar, sensibilizando a todos para mudanças de hábitos de consumo bem como propiciar aos indivíduos, alternativas para a reutilização de produtos.

Cultura Digital: Nossos alunos já nascem imersos no mundo digital, as diferentes tecnologias fazem parte do cotidiano de todos. Essa ferramenta, se faz presente em várias áreas do conhecimento na sociedade, dentro da Escola não é diferente, precisamos nos adequar para que a utilização da mesma ocorra de forma frequente e que venha a contribuir com ensino-aprendizagem.

De acordo com o DCRM, a transformação da materialidade dos bens culturais analógicos em dados codificados digitais, representa uma alteração significativa nos processos de produção, reprodução, distribuição e armazenamento dos conteúdos simbólicos – a cultura digital expressa a mudança de uma era, exigindo do contexto escolar ações integradoras de cunho digital como preconiza a BNCC.

Pensando nessa conjectura, Silva e Anacleto enfatizam que:

A escola, no contexto das TIC, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexas da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado. (SILVA, ANECLETO, 2019, p. 129).

Ainda para o DCRM de Anguera, desse modo, a inserção do ensino digital nas escolas deve ultrapassar o campo do manejo tecnológico, adentrando de maneira ampla no campo da vida social, pois essa é a função primeira da instituição escolar, e no que concerne a adoção das Tecnologias Digitais da informação e comunicação (TDCIs) como estratégias de ensino-aprendizagem, não pode se dar de forma diferente.

Sendo assim, utilizando esses recursos na prática, às aulas poderão ficar bem mais atrativas e dinâmicas, despertando no alunado um interesse maior e

tornando o ensino e trabalho desenvolvido pelo professor em algo mais inovador e produtivo. Atualmente com mais intensidade os educadores do Leôncio fazem uso dos recursos tais como: o uso de data show, com alguns aplicativos educativos, vídeos educativos, o celular como ferramenta para pesquisa, promover concursos e debates utilizando as redes sociais para divulgação e rodas de conversas para comentar sobre diversos temas que circulam nas redes sociais e que são pertinentes no cotidiano dos alunos.

Educação Fiscal: O ensino de Educação Fiscal dentro do contexto escolar, tem uma relevância muito ampla, pois a mesma promove ao aluno a compreensão e a participação na sociedade, gerando consciência econômica e práticas voltadas a cidadania.

Para o DCRB, a educação fiscal é defendida como processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado, estabelecendo como norteadores de suas práticas os seguintes princípios: Éticos – da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; Estético – da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; Político – dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Princípios estes que se apresentam como promotores da articulação entre os campos do conhecimento e os aspectos da cidadania.

Através desse tema integrador devemos trabalhar sobre situações comuns como os impostos e tributos, levando os alunos refletir a respeito e entender os contextos históricos, sociais e econômicos. A educação fiscal ela deve ser trabalhada em sala de aula através de: debates, discussões sobre direitos e deveres, textos e panfletos informativos, pesquisas, vídeos explicativos, realização de pesquisas junto ao mercado da região sobre os impostos dos produtos, comparação das notas fiscais dos produtos, incentivo a preservação do patrimônio público.

A escola Leôncio pretende junto com a comunidade escolar, intensificar as práticas da educação fiscal junto ao alunado com o objetivo de formar cidadãos participativos desenvolvendo valores e atitudes, competências e habilidades

necessárias ao exercício dos direitos e deveres na condução da vida social e nas relações humanas.

Parte Diversificada: A parte diversificada busca respeitar e valorizar as características locais e regionais e para isso é necessário que nós, educadores enquanto escola em suas práticas pedagógicas explore dos alunos suas vivências, assim como também suas experiências existentes no cotidiano, pois, há em nossos discentes valores e saberes culturais diversificados historicamente construídos pelas gerações no meio do qual ele vive.

Para isso, é de fundamental importância favorecer aprendizagem estimulante e contemplar no currículo escolar a diversidade humana, a história de vida que cada aluno traz consigo sua cultura, seus valores, suas diferenças, respeitando-os e constituindo um ambiente escolar favorável a igualdade como espaço promotor de afetos, acolhimento, curiosidade, autonomia, inclusão, inovação, produção e fruição da arte, da cultura e da ciência, levando os nossos alunos tornarem cidadãos integrados na sociedade responsabilidade.

3.5. Perfis esperados do Professor e do Aluno

Perfil da Docência: O professor tem um papel importante no ambiente escolar, exercendo sua função social e política. A escola Leôncio Horácio de Almeida tem como principal meta e objetivo que o perfil dos docentes que aqui trabalham seja de um professor que possua os seguintes quesitos:

Mediador: Que conhece saberes valoriza os conhecimentos prévios dos alunos trabalhando de acordo a realidade do mesmo, intensificando e respeitando a cultura e comunidade que os alunos estão inseridos.

Conhecedor: Participando em todo processo ensino e aprendizagem, comprometidos com sua própria formação continuada, responsável e que possa cumprir, com a entrega de seus trabalhos dentro dos prazos estabelecidos pela coordenação e direção.

Responsável: Professor que é responsável em seu trabalho, sendo pontual cumprindo com todos os horários e regras explícitas pela escola, participando de

todos os eventos realizados dentro e fora do ambiente escolar, reuniões, e toda e qualquer situação que haja a necessidade da presença do professor.

Comprometidos: Com a proposta pedagógica da instituição, respeitando tudo que é proposto pela rede, em relação às metodologias e práticas no ensino, e favorecendo um ambiente escolar acolhedor, para que todo o processo de ensino e aprendizagem possa ocorrer de maneira significativa e prazerosa.

Pesquisador: Procurando sempre através de pesquisa aprimorar seus conhecimentos, está sempre atento as discussões, descobertas e inovações, contextualizando esses elementos para ressignificar sua prática através das estratégias metodológicas.

Colaborador: Que troca ideias e experimento de forma pratica, se envolvendo na criação de projetos, trabalhando em equipe.

Reflexivo: Pensa sobre sua pratica, reavalia constantemente seu trabalho, buscando sempre melhorar de acordo ao processo de aprendizagem dos alunos.

Ético: Agindo conforme um conjunto de princípios e valores, refletindo a respeito das normas e metodologias que norteiam a conduta humana na sociedade.

Provocador/estimulador: Percebe as fragilidades dos alunos encorajando a todos para enfrentar as dificuldades, quando ao longo do percurso de sua formação escolar, para desenvolver suas habilidades e atitudes, problematizando os objetos de conhecimento para que o aluno reflita e compreenda, utilizando sempre o senso crítico e os desafios como obstáculos a serem ultrapassados.

Inovador: Utiliza das novas tecnologias e da informação, para dinamizar sua pratica e o trabalho realizado, fazendo uso de todos os recursos disponíveis de forma inovadora, para assim tornar as aulas mais prazerosas e atrativas.

Perfil do Estudante: Os alunos da Escola Leôncio Horácio de Almeida são estudantes do Povoado de Guaribas e de comunidades circunvizinhas são elas: Mussuca, Laje, Jacobina, Riachão, Cajá, Cavaleiro e Roçado. Os estudantes atendidos pela escola são integrantes de famílias humildes, com pouca escolaridade, de baixa renda e que vivem da agricultura.

Grande parte desses alunos depende do transporte escolar para chegar até a escola e muitos deles não possuem acervos de livros e ou obras literárias, utilizam apenas os livros didáticos oferecidos pela escola, e alguns deles quando se interessam em leitura leva para suas residências livros da sala de leitura existente na escola, isso acontece com uma minoria.

A maioria junto aos seus familiares estão inseridos em programas do governo como: o cadastro único e auxílio Brasil. Tem suas marcas identitárias de um contexto cultural amplo e diversificado com base na cultura familiar e local, respeitando o modo de pensar e agir. Enquanto escola precisamos levar os nossos alunos a ser pesquisador, capaz de observar, questionar, investigar e interagir com o meio de forma crítica e autônoma sendo sujeito ativo, participativo, responsável tendo opinião própria, com princípios e valores.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental corresponde a fase mais longa da Educação Básica, contendo duração de nove (09) anos. É preciso ser visto com atenção pelas escolas, pois, é uma fase em que as crianças ainda precisam de cuidados e atenção por serem ainda pequenas, mas, é dessa etapa em que eles vão pausadamente amadurecendo até se tornar um adolescente, formando a sua mente e adquirindo conhecimentos de mundo.

O ensino Fundamental atende desde crianças até adolescentes, em sua trajetória compreende duas fases: Anos Iniciais, que vai do primeiro ao quinto (1º ao 5º) ano, sendo faixa etária de idade dos seis aos dez (6 ao 10) anos e Anos Finais: do sexto ao nono (6º ao 9º) ano, considerada como faixa etária de idade dos onze aos quatorze (11 ao 14) anos.

A Portaria SEC Nº 002/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de nove (09) anos, na Rede Municipal de Ensino de Anguera, estabeleceu o currículo para os 09 anos do Ensino Fundamental deverá garantir às crianças e adolescentes:

I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;
III – a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
IV – O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e do respeito recíproco em que se assenta a vida social. (Artigo 13, da Portaria SEC Nº 02/2020).

O ensino fundamental de nove anos é referenciado de acordo o Documento Curricular Referencial do Município (DCRM), que foi construído em referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devendo garantir as dez competências de ensino articulando no currículo e a prática durante toda etapa de ensino. O processo ensino-aprendizagem se dar a partir dos objetos do conhecimento, fortalecendo o planejamento com suas práticas em sala de aula a fim de contemplar as habilidades essenciais dos nossos educandos como: o domínio da leitura e escrita, cálculos matemáticos, a compreensão do ambiente natural e social, o fortalecimento dos vínculos familiares, o desenvolvimento das habilidades emocionais.

Ressalta-se que o Plano Municipal de Educação (PME) de Anguera prevê a universalização do Ensino Fundamental para crianças, adolescentes e jovens:

META 11 - universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME. (PME Anguera, Lei Nº 186, de 22 de junho de 2015).

Sendo assim segundo o que relata a meta dois do PME do município de Anguera, “a universalização do Ensino Fundamental engloba as crianças, adolescentes e jovens para que concluam os seus estudos na idade certa”. Para isso, é preciso que a nossa escola adote o currículo que promova a oferta de ensino favorável os componentes da Base Nacional Comum Curricular, com a transversalidade, envolvendo conhecimentos locais e regionais a fim de garantir em nossos educandos uma aprendizagem eficaz.

4.1.1. Anos Iniciais

Nos anos iniciais, do Ensino Fundamental devemos considerar que a aprendizagem nessa etapa requer cuidado e atenção, ainda nesse processo a

criança precisa estar sendo garantida a sua alfabetização de fato. É importante ressaltar que os interesses e necessidade das crianças no processo de desenvolvimento da aprendizagem precisa levar em conta sempre a escrita, leitura e cálculo, a percepção dos valores pessoais e sociais, compreensão de solidariedade, assim como valorizar a ampliação da visão de mundo levando em consideração o seu local de vivência.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimento. (BRASIL, 2018, p. 57-58).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o 2º Ano do Ensino Fundamental, para que isso aconteça, a Escola precisa acolher as crianças, trabalhando de forma dinâmica, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos, respeitando o tempo de desenvolvimento de cada criança, desenvolvendo um trabalho focado na realidade de cada turma, utilizando a leitura de forma lúdica para que se torne algo prazeroso para os alunos, o professor deve sempre deixar livros a disposição na sala de aula, usar a musicalidade para alfabetizar a criança tornando o ensino algo bastante significativo para o desenvolvimento pleno na aprendizagem dos educando.

Especificamente nos dois primeiros anos, primeiro e segundo (1º e 2º) ano, o processo de alfabetização deve ocorrer por meios de ações pedagógicas a fim de que as crianças se apropriem do sistema de escrita alfabética englobando as habilidades de leitura e escrita, o cálculo matemático de forma a articular as práticas do letramento. Nos demais anos: terceiro, quarto e quinto ano (3º, 4º e 5º) ano, deve-se envolver fortalecendo práticas de linguagens, da autonomia intelectual, bem como relação com a natureza, com as tecnologias, a arte e cultura para a consolidação das diversas aprendizagens.

Nos anos iniciais é de grande importância desenvolver um trabalho alinhado às práticas pedagógicas de qualidade voltada para a ludicidade, um ambiente motivador que seja organizado e atrativo focado nos interesses e necessidades de

aprendizagem dos mesmos, respeitando as especificidades de cada criança na sua etapa educacional, valorizar suas vivências a fim de promover significado ampliando as operações cognitivas e assim poder desenvolver o trabalho pautado na consolidação de suas aprendizagens.

De acordo o DCRM:

Na oferta do Ensino Fundamental, as escolas da rede Municipal terão currículo fundamentado neste presente documento, promovendo a oferta dos componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), inscrito de forma transversal, conhecimentos locais e regionais que contemplam a parte diversificada. (DCRM, 2022, p. 106).

4.1.2. Anos Finais

Os anos finais ocorre do sexto ao nono (6° ao 9°) ano, com alunos em idade entre os onze à quatorze (11 a 14) anos. tendo como premissa básica a consolidação das múltiplas competências do Ensino Fundamental, de forma a assegurar aos estudantes a promoção ao Ensino Médio. Devemos considerar que nessa etapa a aprendizagem está focada no desenvolvimento do aluno levando em consideração o conhecimento do objeto de estudo embasado no que se refere os componentes curriculares, para assim preparar os mesmos para o ensino médio, é fundamental orientar e despertar nos alunos uma visão mais sistêmica dos estudos.

É necessário conhecer verdadeiramente os indivíduos que compõem a sala de aula a fim de promover um ensino que de fato seja integrador, articulado às particularidades de cada indivíduo, buscando o aprimoramento das qualidades já existentes e aflorando a ampliação do conhecimento. Por isso, na prática pedagógica, o diagnóstico evita uma ruptura no processo de construção e desenvolvimento de aprendizagens, isso porque os novos professores passam a ter propriedade acerca dos conhecimentos prévios de seus alunos.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

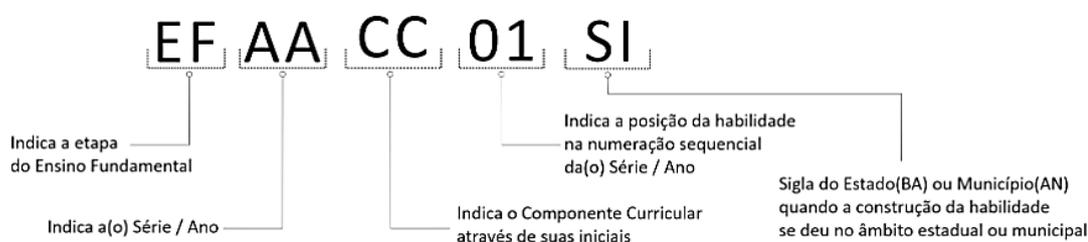
[...] é também durante a etapa da escolarização obrigatória que os alunos entram na puberdade e se tornam adolescentes. Eles passam por grandes transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Os adolescentes nesse período da vida modificam as relações sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios. (BRASIL, 2013, p. 110).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) ampliam seus direcionamentos para os adolescentes, apontando para o aprimoramento das suas possibilidades intelectuais, focando no desenvolvimento da capacidade de raciocínios mais abstratos.

É de extrema importância desenvolver o trabalho de acordo com a referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), levando em consideração as dez competências a fim de garantir uma aprendizagem efetiva em nossos alunos.

4.1.3. Organizador Curricular e Contextualização da Parte Diversificada

O organizador curricular apresenta a estrutura pedagógica organizada por áreas do conhecimento e seus componentes com base para o planejamento pedagógico. As habilidades são identificadas com auxílio de códigos alfanuméricos, estruturados no seguinte padrão.



É necessário que o professor trabalhe de forma conjunta os diferentes componentes curriculares a envolver a parte diversificada de maneira inter e transdisciplinar levando em consideração as habilidades contempladas para cada etapa letiva, plano de curso em anexo, os temas integradores supracitados no documento e estar em consonância sempre a parte diversificada, também a partir das necessidades decorrente durante o ano letivo dos estudantes, da comunidade local e assim regional.

4.1.4. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

A transição escolar é um período de mudança e continuidade dos estudos, é através da transição que as mudanças vão surgindo, está precisa ocorrer de forma bem acolhedora desde a forma do espaço físico e arrumação da sala de aula, a

rotina nos primeiros dias precisa ser ainda com algumas estratégias pedagógicas, do ano anterior com atividades voltadas a lúdico levando em consideração algumas habilidades em que o aluno não consolidou.

Desde a educação infantil a criança é estimulada a desenvolver suas aprendizagens, sabemos que ainda nessa etapa ela pode ou não estar alfabetizada, e é preciso que o ciclo da alfabetização esteja em plena consciência que o primeiro e segundo ano, assegure na criança esse direito garantido de poder consolidar a alfabetização nesses dois ciclos, desse modo tem por finalidade o pleno dever no acompanhamento do desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em seu primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental.

Sendo que no segundo ano, o aluno precisa avançar em sua alfabetização na área de linguagem e matemática, dominando os cálculos, ler, interpretar e escrever, assim como conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, estabelecer relações entre o meio ambiente, identificar diferenças entre seres vivos e não vivos, explorar as mais diversas manifestações cultural e corporal, comparar grandezas e reconhecer o sistema de numeração decimal, estimulando a sua criatividade e expressão.

Para consolidar a aprendizagem, deve haver a interação dos alunos, e o senso crítico do mesmo, o professor precisa trabalhar com a troca de experiência e estimular a participação dos alunos utilizando a forma lúdica e atrativa para o envolvimento de toda turma, sendo que é necessário um olhar atento para que os alunos cheguem no terceiro (3º) ano e possa consolidar suas aprendizagens de forma satisfatória para os anos subsequentes.

É notório que nesse período de transição os alunos, da escola Leôncio, já têm se familiarizado com os colegas, assim como os professores durante o ano anterior o que requer dos educadores mais, dedicação e entrelaço afetoso para o qual é de extrema importância nesse processo transitório.

4.1.5. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

O ensino fundamental é uma etapa do ensino básico, importantíssimo na vida escolar do aluno, por ser um percurso mais longo é por meio dela que os alunos passam pelas mudanças e transformações na vida como, a passagem da infância para adolescência. Para isso é fundamental que a escola acolha esses estudantes de forma prazerosa a fim de amenizar a timidez dando oportunidades para que os alunos compreendam que é preciso ganhar autonomia e responsabilidade e o seu dever enquanto estudante é avançar para uma nova fase.

O processo de transição dos alunos do quinto (5º) ano, para o sexto (6º) ano, deve ocorrer com tranquilidade e que se tenha um olhar pautado nessa mudança medindo esforços por todos os que estão presentes no ambiente escolar, para esses alunos essa mudança ocorre de forma instantânea e não como pesadelo e é fundamental orientar e despertar nos alunos uma visão mais sistêmica dos estudos.

O impacto dessa mudança requer atenção e acompanhamento para que os alunos possam vivenciar uma nova realidade, já que inicia um período de formação em que a diversidade toma maior evidência. São muitos professores e diferentes linguagens e temáticas socioculturais que se ampliam durante o processo formativo dos anos finais, essa transição precisa acontecer de forma articulada com os educandos.

Os mesmos precisam ter consolidado as competências e habilidades correspondentes ao ano no qual estão sendo inseridos. Para que dessa forma todos possam continuar seu desenvolvimento de ensino e aprendizagem de maneira satisfatória.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Mesmo no interior do Ensino Fundamental, há de se cuidar da fluência da transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, quando a criança passa ter diversos docentes, que conduzem diferentes componentes e atividades, tornando-se mais complexas a sistemática de estudos e a relação com os professores. (BRASIL, 2013, p. 20).

Essas mudanças não só exige um grau de adaptação dos estudantes, como também a necessidade de estreitar laços de convivência e proximidade, para que essa transição aconteça de forma natural. Ao concluir o quinto (5º) ano

espera-se que os educandos estejam alfabetizados e letrados para o ano seguinte.

4.1.6. Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

O processo de transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é uma passagem que requer muita atenção, esta transição deve ocorrer de maneira organizada, que facilite a adaptação e uma boa permanência do educando durante todo ano letivo. Os estudantes devem ser preparados para essa nova etapa de ensino que requer autonomia e conhecimento mais elevado para poder enfrentar os percalços dessa nova modalidade de ensino.

Com impacto transitório, o aluno passa a conviver com uma série de mudanças na sua vida escolar e pessoal, sendo assim, é fundamental desmistificar a visão de que o ensino médio vai enfrentar barreiras e está demonstrando a esses alunos do nono ano de que eles são capazes e devem estar preparados para o Ensino Médio que é oferecido em uma outra instituição, já que o município não possui essa modalidade de ensino, pois, é dever do estado oferecer essa modalidade.

É de suma importância o acolhimento, criar pontes entre a escola/família e levar o aluno a novas descobertas onde tudo ocorra de maneira planejada pensando sempre no bem estar dos educandos, é dever e responsabilidade de todos os envolvidos neste processo oferecer um ensino de qualidade, para que desta forma os alunos concluam o Ensino Fundamental com todas as competências e habilidades necessárias com segurança e tranquilidade apto ao ensino médio.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A Política da Educação Inclusiva

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na

Escola comum. Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

*Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;
Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.*

No Artigo 26, aparecem os parâmetros para o acesso à Educação, quando, no item 1, afirma-se que:

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado.

Complementado pelo item 2, que diz que:

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com deficiência os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à

educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

- Art. 1º: “Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”;*
- Art. 2º: “Expandir o Enfoque”;*
- Art. 3º: “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade”;*
- Art. 4º: “Concentrar a Atenção na Aprendizagem”;*
- Art. 5º: “Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica”;*
- Art. 6º: “Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem”;*
- Art. 7º: “Fortalecer as Alianças”;*
- Art. 8º: “Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio”;*
- Art. 9º: “Mobilizar os Recursos”;*
- Art. 10º: “Fortalecer a Solidariedade Internacional”.*

Ainda no âmbito das Políticas Educacionais para a inclusão têm-se a Declaração de Salamanca (1994) que foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito. Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação

intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e

muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

É importante ressaltar que não se deve ter um olhar de compaixão, ou até mesmo pena para com as pessoas com deficiência, até porque isso também se configura um modo de discriminação. O que precisamos é nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - PCD (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, determina no art. 24, que os Estados reconhecem os direitos das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser

humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora. As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). A ideia de normalização traz em seu bojo dupla mensagem: “[...] uma referente às condições de vida (meios) e outra à forma de viver (resultados)” (BRASIL - SEESP/MEC, 1994 p.13).

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa PNEE na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. O princípio da integração, muito estudado por três décadas (1960 até 1990) abrange todo o processo educativo. Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um,

respeitando seu ritmo e características pessoais. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão e a inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela 1995.p.34) afirmam que:

[...]refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo. (MATURANA e VARELA, 1995. p.34).

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020, foi lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502. Entretanto, tal política já existe há muito tempo, e originária de vários outros documentos e legislações que visam a educação inclusiva como prioridade. A própria educação já passou por vários processos no mundo e no Brasil, começando pelo processo de exclusão, onde a escola era somente para os meninos e famílias abastadas. Depois, ela passa por uma democratização, onde a escola passa a ser para “todos”, mas ainda sim excluía as pessoas com deficiência, pois eram consideradas impróprias para aquele ambiente escolar.

Posteriormente, inicia-se a segregação, que são as instituições para pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, não permitindo a estas o direito à educação como todas as demais pessoas. E então a escola passa pelo processo de integração, que ainda existe no Brasil, marcada principalmente pelas classes

especiais, que estavam prestes a serem extintas, uma vez que elas ainda são excludentes, pois as crianças com deficiência estão dentro de uma escola regular, mas colocadas em uma classe distinta, independente de faixa etária.

E por fim, inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade. No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”. E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

*A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.*

No que tange o atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização. O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

O Projeto Político Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

- ✓ Ensino do Sistema Braille
- ✓ Técnicas de Soboran
- ✓ Orientação e Mobilidade
- ✓ Educação Física Adaptada
- ✓ Aulas de Atividade da Vida Autônoma
- ✓ Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva
- ✓ Ensino da Língua Brasileira de Sinais
- ✓ Intérprete de Libras/Língua Portuguesa
- ✓ Guia Intérprete para Surdo-cegos

- ✓ Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais
- ✓ Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da deficiência que o mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

5.2. A Política de Educação do Campo

5.2.1. Concepção da Educação do Campo

O Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

Mas especificamente, o Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p.1).

A escola Leoncio fica localizada em uma comunidade rural que tem como público, alunos do povoado e de diversas localidades vizinhas. Dentro deste contexto é preciso que a escola crie possibilidades viáveis para que a Educação do/no Campo de fato aconteça de maneira mais consistente respeitando a

diversidade da cultura local. Desta forma, essa modalidade de ensino, necessita ser vista como um método de educação que precisa ser priorizada, valorizando todo o contexto no qual está inserido os alunos de nossa escola, enfatizando no ambiente escolar os aspectos culturais, sociais, econômicos e toda conjuntura que envolve a história e as diversas culturas presentes na comunidade.

Tendo como base os movimentos sociais a educação popular, Gohn pontua que:

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social, como fruto do acúmulo de experiências engendradas. (GOHN, 2009. p. 16).

De modo, seguindo os pressupostos presentes nos documentos curriculares (DCRM, BNCC, DCRB), que norteiam todo trabalho realizado na rede de ensino, buscamos uma melhor forma para atender as demandas que exige a educação do/no campo, para assim valorizar os saberes e conhecimentos particular dos nossos educandos, valorizando todo ambiente no qual estão inseridos.

Buscando assim, colocar em evidencia todos os conhecimentos históricos de vida dos alunos, através de atividades lúdicas e contextualizadas, criação de um calendário específico para o período da colheita e preparação do solo para ser seguido pelos alunos que ajudam seus responsáveis nesse período, por meio de jogos, brincadeiras, cantigas de roda e histórias locais. Esta modalidade de ensino precisa ser estabelecida respeitando o perfil identitário e as adequações conforme a realidade.

5.2.2. Princípios Orientadores da Educação do Campo

A educação do campo nos últimos anos vem sendo uma das grandes políticas públicas que se constitui como elemento de fundamental importância na história do homem do campo e se propaga no processo de formação do ser humano como sujeito social. O Brasil foi um país agrário de relevância, porém, a educação do campo não abrangia os textos constitucionais até o ano de 1891, mas, devido as

lutas existentes em busca ao reconhecimento do trabalho do homem do campo voltado para a vida real.

A educação do campo aos poucos, tem se constituído em assunto de pauta nas discussões do cenário educacional, pois, a inserção dos diferentes conhecimentos é necessária levar em consideração o resgate a sua valorização e os saberes neles existentes a fim de proporcionar qualidade e bem estar no processo de formação do ser humano.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação, reconheceu a partir de 2002, a educação do campo como um direito universal e, portanto, um dever público em garantir assistência em todos os aspectos e efetivação de políticas públicas apropriadas (BRASIL, 2002).

Assim, a Resolução de Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação, que estabelece em seu Art. 4º, a Educação do Campo tem como princípios:

- I - Compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;*
- II - Respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;*
- III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;*
- IV - Reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;*
- V - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;*
- VI - Valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;*
- VII - Flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e*
- VIII - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola. (BAHIA, 2015, p. 2).*

A nossa escola não tem um calendário específico, mas é necessário criar um calendário para contemplar esses alunos sem prejudicá-los no período de preparo da terra, plantio e colheita favorecendo uma aprendizagem significativa.

5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do Campo

Diante aos avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo agrega conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Buscando aprender a valorização do espaço rural enfatizamos teoria e prática ao contexto da Educação do Campo para isso, destacamos alguns métodos específicos a serem realizado em nossa escola:

1- Para que o espaço pedagógico vá além da sala de aula, pretendemos realizar atividades como: uma mini horta suspensa ao entorno da escola, pois o nosso espaço é pequeno e não contempla uma horta; no laboratório de informática, na sala de leitura associando as competências e habilidades prevista pela BNCC, aos conhecimentos locais, aos saberes regionais, as crenças locais e a cultura predominante do contexto rural no qual nossa escola está inserida;

2- Elaborar as atividades que seja articulado os objetos de conhecimentos aos saberes locais, às cantigas, aos festejos locais, datas comemorativas, histórias e estórias que compõem a formação da comunidade e do entorno, dos quais emanam os nossos alunos;

3 - Colocar em evidência a valorização local e cultural dos nossos educandos, incentivando para que os mesmos busquem pelos conhecimentos de suas histórias, das lutas travadas pelos seus ancestrais para que sigam lutando em busca de melhores condições de vida para si e para as gerações futuras;

4- Construir efetivamente, com os docentes, outras formas de planejar, propor e executar as atividades com o intuito de gerar novas possibilidades inovando sempre a prática pedagógica;

5- Seguir os documentos norteadores curriculares referenciais da Bahia (DCRB), do município de Anguera (DCRM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), organizando e adequando de acordo as nossas práticas educativas, assim como as atividades sempre levando em consideração às particularidades locais e regionais da própria comunidade;

6- Buscar enaltecer a cultura local, colocando em evidência a realidade e o contexto onde vivem os nossos discentes, suas famílias e a comunidade como um todo, com o intuito de promover uma reflexão acerca dos elementos que merecem o devido reconhecimento, além de abrir discussões em torno da crítica levando os nossos alunos expor ideias e concepções sociopolítica como mecanismos de reparação históricas com vista a melhores condições de vida;

7- Enfatizar o desenvolvimento das relações entre os educandos com o objetivo de explorar as vivências em sociedade, nas relações de trabalho e nas necessidades dos sujeitos envolvidos.

Enfatizando a valorização no contexto da Educação do Campo/no campo, buscamos inserir em nosso ambiente escolar metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, destacando suas peculiaridades, levando em

consideração as necessidades dos educandos, proporcionando a permanência no espaço escolar rural.

A fim de atender essas e outras necessidades, propomos os seguintes encaminhamentos metodológicos:

- 1- Acolhimento dos pais/ responsáveis para informar acerca da participação dos mesmos na vida escolar dos filhos, dentro de suas possibilidades acompanhando e incentivando os seus filhos, pois, o apoio da família é fundamental em qualquer circunstância;*
- 2- Convidar alguém da comunidade para falar sobre o plantio, o cultivo, o manejo com a terra etc.*
- 3- Visitas e entrevista juntos aos órgãos públicos municipais que fomentam a manutenção da agricultura familiar em nosso município, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente e da Agricultura e da cooperativa da produção familiar de Anguera;*
- 4- Trazer pessoas da comunidade com idades avançadas para dar depoimentos na escola sobre mutirão na época de colheita, bata de feijão e milho, construção de casas etc;*
- 5- Explorar com a concepção de mercadinhos, distinguindo os produtos industrializados, esclarecendo a cerca do consumismo, os custos de vida em determinadas regiões, valor nutricional dos alimentos, alimentação saudável;*
- 6- Esclarecer sobre a valorização do trabalho, relacionando o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescentes, orçamento familiar do campo por meio de levantamentos de dados confrontando com os dados da cidade;*
- 7- Resgatar os talentos da comunidade como: sanfoneiro, violeiros, artesãos, roda de samba, contadores de histórias, convidando-os para a escola;*
- 8- Realizar práticas pedagógicas com docentes e discentes orientando sobre questões relacionada a preservação e recuperação do solo.*

Nossa instituição, visa trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvendo metodologias próprias da nossa escola a parti do convívio com a comunidade interna e externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

A avaliação consiste numa das ferramentas que o educador possui para analisar os benefícios do processo de transmissão e internalização dos objetos de conhecimentos pelos educandos. Avaliar parte do pressuposto da obtenção do conhecimento acerca das especificidades dos nossos educandos criando possibilidades e meios de intensificar seus pontos positivos e negativos e assim tentar sanar seus déficits educacionais.

Dessa forma pensando na educação do campo/no campo pretendemos avaliar nossos alunos levando em consideração seus conhecimentos, valorizando seus saberes, não somente os saberes construídos em sala de aula, mas, buscamos incluir também os conhecimentos provenientes de suas vivências experienciadas em meio as demais instituições: familiar, social, religiosa etc.

Nossa escola atua com alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, visamos que ocorra durante o ano letivo atividades pedagógicas e avaliativas moldadas conforme as demandas da nossa comunidade escolar, pois, além de tratar de assuntos aos objetos de conhecimentos descritos pelos documentos referenciais curriculares pretende-se inserir os conhecimentos que contemplem a região local para que este se torne compreensão acerca do seu contexto social, histórico, econômico, político e cultural.

O ano letivo é dividido em três etapas (Trimestrais), e ao longo dessas etapas, são aplicadas avaliações escritas (atividades diagnósticas, testes, provas, atividades avaliativas, pesquisas, trabalhos escritos e orais com apresentações de seminários).

5.4. A Política da Inovação Tecnológica

Art. 1º É instituída a Política de Educação Conectada, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso a internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica

A inovação tecnológica está associada ao surgimento de criações, inventos ou tecnologias geradas em ambientes de pesquisa científica que acarretem aumento de qualidade e produtividade com o desenvolvimento socioeconômico do país. A política de inovação tem como objetivo trazer ações e oferecer ferramentas necessárias para melhorar e estimular projetos inovadores.

A Lei nº 10.972, de 02 de dezembro de 2004, dispõe sobre incentivos a inovação e a pesquisa científico e tecnológico no ambiente produtivo e da outras providências.

A tecnologia é um dos instrumentos utilizados em nosso cotidiano para ser utilizado de maneira prática como uma ferramenta de trabalho e um dos principais recursos no ensino. Com o avanço e inovação das novas tecnologias todos precisam está conectados para assim aprimorar e levar para a sala de aula atividades inovadoras que possam motivar e possibilitar os alunos a prender cada vez mais. O Leôncio possui um laboratório de informática o (INFOCENTRO), onde tem alguns computadores para uso da escola e da comunidade.

Baseado em todos os conceitos para melhoria do ensino e aprendizagem dentro do ambiente escolar, se faz necessário a presença de um monitor específico para orientar os alunos, professores e todos que necessite utilizar a sala de informática. Pois a tecnologia precisa está inserida e articulada no ambiente escolar para uma melhoria na qualidade do trabalho realizado por todos os colaboradores. A tecnologia faz parte da sociedade humana, a mesma é de grande importância para o desenvolvimento e tem a função de transformação. Compreendemos que a tecnologia pode contribuir para o desempenho da aprendizagem de forma significativa.

Segundo Coutinho (2011), o desafio imposto à educação por esta nova sociedade é imenso, sendo que os educandos devem adquirir competências para interagir e agir em um mundo globalizado, mas principalmente na formação dos docentes, pois estes devem estes preparados para enfrentar os novos desafios numa sociedade de tecnológica e digital.

Durante o período da pandemia em 2020/2021, a escola Leôncio realizou parcerias com as famílias através dos meios tecnológicos. Devido às dificuldades do acesso virtual entre professor e aluno, foi necessário criar estratégias para manter o aluno e a família conectados com a escola. Através do ambiente virtual e das redes sociais como: whatsapp, e-mail, facebook e instagram.

5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

A sociedade está em constante transformação e o uso das novas tecnologias digitais e de comunicação se faz presente e necessária dentro do ambiente escolar. Neste cenário a instituição escolar, precisa se adaptar e utilizar na prática o ensino digital, para um melhor aprendizado do alunado, pois a mesma promove a qualidade da educação, permitindo que professores e alunos busquem diferentes fontes de pesquisa e aprofundem em seu repertório facilitando o acesso dos alunos ao conhecimento.

Os professores precisam inserir os recursos tecnológicos ao seu plano de aula através de vídeos, slides, elaborando mapas mental da turma e pesquisas, para que as aulas se tornem mais dinâmicas e interessantes. Pensando em promover o aprendizado e o conhecimento por parte dos alunos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contemplar o desenvolvimento de competências e habilidades.

Entre elas são:

Competência 1: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Competência 2: Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológica) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Competência 4: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Competência 5: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

O uso das tecnologias no plano de aula é necessário e faz toda diferença no processo de interação e construção do conhecimento, pois o mesmo promove mudanças na prática de ensino do professor. A nossa instituição incentiva o uso dos meios tecnológico disponível para alunos e professores e buscar ações que viabilize esses meios tecnológicos estão presentes durante todo processo de ensino.

5.4. Diretrizes e Inovação Tecnológica

Em nossa instituição a inovação da tecnologia se faz presente em muitos momentos, desde a elaboração das atividades realizadas pelo professor através de sites e aplicativos utilizando alguns recursos tecnológicos como: o celular ou notebook, e também por meio de pesquisas online e fazendo uso dos meios de comunicação dos quais os alunos tem acesso como: celular, rádio e TV.

O Leôncio está sempre incentivando seus professores e toda comunidade escolar a se dedicar e empenhar cada vez mais, com o intuito de avançar em suas práticas pedagógicas utilizando de forma constante a tecnologia na escola. Uma das nossas metas juntamente com a Secretaria de Educação, promover cursos para capacitar os professores para que as aulas sejam mais atraentes, trazendo assim mais a participação dos alunos na realização das atividades.

Mas para que isso tudo aconteça é preciso que o telecentro da escola Leôncio funcione de forma ativa com um monitor para orientar alunos, professores e toda comunidade escolar. Promovendo capacitação para que todos dentro da escola possa utilizar de forma ampla e dinâmica todos os recursos tecnológicos presentes no ambiente escolar.

5.4.4. Diretrizes e indicadores de Avaliação

A tecnologia utilizada na Escola Leôncio pode contribuir de forma positiva, pois a mesma desperta o interesse e prende a atenção dos alunos, ajudando no processo de ensino aprendizagem, promovendo de forma atraente a participação durante as aulas. Em nossa escola o uso da tecnologia veio para acrescentar e auxiliar o professor na construção do seu planejamento, ampliando seus conhecimentos. A tecnologia é utilizada em nossa instituição da seguinte forma:

Através de pesquisas realizadas, os vídeos aula, pesquisa no laboratório de informática, utilização do data show, aplicativos de bate papo, filmes e vídeo educativos, chats. A tecnologia se aplicada de forma adequada e responsável pode mudar o ensino e aprendizagem trazendo benefícios para educação e educando.

5.5. A Política De Assistência Estudantil

5.5.1 Concepção de Assistência Estudantil

Acesso: O acesso dos alunos em nossa escola acontece de maneira eficaz, sendo monitorado pelo Sistema (Egrafitte), onde todos os dias os nossos educadores fazem acompanhamento através do diário e passa diretamente para as agentes do sistema, as mesmas alimenta o sistema com a presença e as faltas, percebendo se o número de faltas do aluno está elevado é sinalizado para a direção escolar que imediatamente entra em contato com o responsável, não tendo êxito a mesma encaminha um funcionário (ADE) a fazer visitas , se por ventura não alcançarmos resultados é direcionado a busca ativa preenchendo formulário, e enviamos para a assistente social para devidas providências.

O número de faltas tem crescido em nossa escola, devido ao contexto familiar, isso afeta demais na aprendizagem do aluno, visando para um menor índice de faltas pensamos intensificar o diálogo entre as famílias que é de extrema relevância, a presença de um psicólogo na escola para um atendimento específico dos alunos que assim necessitam.

Permanência: Após o período pandêmico muitos alunos tiveram dificuldades em retornar para as aulas presenciais devido ao medo e a insegurança dos seus responsáveis. A escola junto a Secretaria de Educação criou ações que ajudassem o retorno desses alunos dentro da sala de aula como: adaptando o ambiente escolar para que se tornassem mais seguro e acolhedor, mobilização da equipe escolar para receber esses alunos de forma calorosa, a presença do projeto (Eu Amo a Minha Escola) que trazia tanto para os profissionais como para os alunos, momentos prazerosos de reflexão e motivação, aulas lúdicas e atraentes que despertasse o interesse e a motivação dos alunos, o dia “D” da presença escolar com intuito de promover uma acolhida calorosa estimulando os mesmos a estar frequentando as aulas constantemente evitando assim a baixa frequência.

5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

O Grêmio Estudantil viabiliza a exposição de ideias, reivindicações e anseios de uma forma organizada e democrática, por isso a escola deve incentivar a construção do grêmio, pois é um veículo de formação para cidadania e espaço de desenvolvimento social. A nossa instituição não possui o Grêmio Estudantil, porém, promove atividades que reconhece o processo e experiência de vida, possibilitando aos jovens e adolescentes oportunidades de desenvolverem uma prática efetiva para construção da cidadania.

Para um melhor envolvimento das turmas com a comunidade escolar, a nossa escola juntamente com a rede municipal vem desenvolvendo o Projeto Ação Juventude, com o intuito de criar o Grêmio Estudantil, que já iniciou com a votação para escolha dos líderes e vice-líderes por turma de forma democrática para motivar a capacidade de liderança e engajamento nas atividades escolares e comunitárias. Foi realizado inicialmente palestras como forma de incentivo para os alunos, encontros formativos orientando sobre a importância de um líder na perspectiva de fomentar os mesmos para a criação do grêmio estudantil.

5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil

A Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, em seu Art. 53, estabelece que: a criança e ao adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes o inciso IV: o direito dos estudantes se organizar e participar de entidades estudantis.

O Grêmio tem por finalidade melhorar a qualidade de vida e da educação dos alunos da referida unidade escolar sem qualquer distinção de raça, credo político ou religioso, orientação sexual ou quaisquer outras formas de discriminação, estimulando o interesse dos alunos na construção de soluções para os problemas da escola, contribuindo para formar, assim, cidadãos conscientes, participativos e multiplicadores destes valores, sempre condizentes com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Pensando nisso, a escola Leônicio pretende estimular os alunos na criação do grêmio estudantil para assim,

favorecer e ampliar as práticas pedagógicas e criar oportunidades que venham possibilitar aos alunos novas estratégias tais como:

Campeonatos e torneios envolvendo algumas modalidades de esportes;

Promover atividades culturais para os alunos;
Incentivar a prática dos esportes, organizando campeonatos dentro e fora da escola;
Debater sobre temas diversos principalmente situações que fazem parte do cotidiano dos alunos;
Excursões e visitas de outras localidades e culturas, conhecendo suas histórias;
Resgatar o projeto de música na escola;
Criar oficinas artesanais com membros da escola e da própria comunidade.

5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

5.6.1. Concepção da Formação Continuada

A formação continuada deve fazer parte da caminhada dos professores, pois, a educação está em constante transformação e o profissional da área precisa acompanhar essas mudanças. Os principais envolvidos na formação continuada são os professores, visto que a qualidade do ensino depende deles e ajuda a melhorar as práticas pedagógicas e a orientar os alunos na construção de conhecimentos e não apenas em passar informações. Essas formações acontecem dentro e fora do ambiente escolar.

A BNCC aponta que a formação continuada deve ser baseada em três dimensões: conhecimento, prática e engajamento.

Para Freire (1996),

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica tem de ser de tal modo concreto que se confunda com a prática. (FREIRE, 1996, p. 43-44).

A rede municipal Secretaria de Educação valorizam e reconhecem o profissional da educação disponibilizando formações continuadas para coordenadores, com o intuito dos mesmos serem multiplicadores no ambiente escolar,

também dispõe de cursos na modalidade “Forma Campo, Escola da Terra” a distância, e assim aprimorar os conhecimentos de todos os envolvidos.

5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

Durante todo o processo de formação o professor precisa buscar de maneira contínua está sempre aprimorando os seus conhecimentos, para que dessa forma possa transmitir aos educandos o conceito necessário a ser utilizado no desenvolvimento das aprendizagens.

Para Imbernón (2011), “O conhecimento Pedagógico é o utilizado pelos profissionais da educação, que se construiu e reconstruiu constantemente durante a vida profissional do professor em sua relação com a teoria e a prática.”

Ainda, segundo Imbernón:

A profissionalização do professor está diretamente ligada ao exercício de sua prática profissional, a qual está condicionada por uma rede de relações de poder. Se a prática é um processo constante de estudo, de reflexão e discussão, de experimentação, conjunta e dialeticamente com o grupo de professores, se aproximará da tendência emancipadora, crítica, assumindo um determinado grau de poder que repercute no domínio de si mesmos. (IMBERNÓN, 2011, p.36).

Temos como princípio, a valorização do profissional da educação escolar assim como outros princípios orientadores que nossa instituição se baseia, os documentos norteadores da BNCC, o DCRB e o DCRM. A partir desses documentos a escola se articula de forma autônoma, com relação a formação continuada ela não pode ser restrita apenas em formação proposta pela secretária de educação, a escola precisa oferecer essas formações para além da comunidade escolar. Ainda não praticamos a formação continuada dentro do ambiente escolar, porém, almejamos criar ações que venham proporcionar momentos de formações direcionadas para os nossos educadores.

Segundo as diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica “valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.”

Visando uma melhor qualidade de ensino/aprendizagem e valorização dos profissionais, a escola Leôncio vem sugerir algumas formações internas para melhor aproveitamento do ensino aprendizagem:

- ✓ Palestras com temas atuais e pertinentes;
- ✓ Oficinas de materiais reciclados para o grupo de apoio;
- ✓ Formação pra os professores com temas integradores;
- ✓ Sugestões de cursos online para professores, funcionários com noções básicas de informática;
- ✓ Oficinas de atividades para professores trabalharem com os alunos portadores de necessidades especiais;
- ✓ Seminários com temas relevantes;
- ✓ Projetos como: feira de saúde, feira de ciências, entre outros;
- ✓ Grupo de estudo permanente do Projeto Político Pedagógico da Escola.

5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

Para elevar a qualidade do ensino-aprendizagem sabemos que o trabalho em equipe favorece muito nesse processo de desenvolvimento e para isso é necessário oportunizar a prática docente ofertando formações continuada visando para uma educação capaz de gerar futuros profissionais que contribuam de forma satisfatória o desenvolvimento dos nossos educandos. Para um bom acompanhamento dos docentes e de melhoria dos índices da qualidade de ensino para o processo de mudanças e transformação da ação pedagógica é fundamental investimentos que busque priorizar e incentivar as formações continuada no âmbito escolar.

Através da formação continuada o professor estará apto à:

- ✓ Orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento;
- ✓ Transpor os saberes específicos de suas áreas de conhecimento aos nossos educandos;
- ✓ Conhecer e compreender as etapas de desenvolvimento de cada estudante;
- ✓ Discutir técnicas de diversos materiais, de métodos para uma aula dinâmica;
- ✓ Ter lógica própria do mundo digital e das mídias em geral;

- ✓ Aprender a lidar com os nativos digitais;
- ✓ Exercício pleno da docência com a capacidade de trabalhar cooperativamente em equipe;
- ✓ Compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa.

A Lei Nº 165 de 15 de Outubro de 2013 em seu Artigo 12, ressalta que:

Os Professores Municipais ocupantes de cargo efetivo na Carreira do Magistério Público Municipal, terão observância dos seguintes princípios e diretrizes, entre outros instituídos por esta Lei:

I - Ingresso nos cargos exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - Progressão baseada na titulação e no tempo de serviço;

III - Piso Salarial Profissional que se constitua em remuneração condigna, conforme a Lei Nacional nº 11.738/2008;

IV - Vantagens financeiras em face do local do trabalho, público alvo e condições especiais de trabalho;

V - Formação, capacitação e atualização profissional permanente na área de educação, com garantia de acesso a curso de formação continuada;

VI - Condições adequadas de trabalho;

VII - Jornada de trabalho que incorpore os momentos diferenciados das atividades docentes;

VIII - Período reservado a estudo, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho.

5.7. A Política De Comunicação Escola / Família e Escola / Comunidade

5.7.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade

A comunidade é uma fonte necessária para interação entre escola família/comunidade, é através dessa comunicação que a educação evolui e se desenvolve. Nossa escola busca trabalhar em parceria família e a comunidade, propondo ações como: reuniões, eventos no ambiente escolar, rodas de conversas, mostrando para cada um o quanto é importante a presença e a participação dos responsáveis na vida escolar dos alunos.

Os projetos de leitura têm como objetivo favorecer a comunidade e a família para interagir na escola, pois é voltado a realidade local: músicas cultura regional, história local e contos. Isso faz com que a família/comunidade permaneça participativa dentro da escola. Ainda percebemos que alguns responsáveis pelos educandos estão muito distantes do ambiente escolar.

Pensando nisso o Leôncio vêm se empenhando em dialogar com as famílias, através da busca ativa e ações que necessite da presença dos pais como: plantões pedagógicos, reuniões internas, participações nos projetos, eventos comemorativos, disponibilizando oficinas às famílias e a comunidade escolar para favorecer no processo de ensino aprendizagem através do convívio familiar dentro da escola.

Filhos não devem imitar cegamente os pais, mas os mesmos devem testemunhar ação coerente entre o que se prega e o que se faz, ficando clara a busca com humildade e com trabalho, da educação em uma perspectiva ética e democrática, não assumindo atitudes puritanas. “Moral sim, moralismo não.” (FREIRE, 2000, p.38).

Quando a família é presente na escola o aluno tem um desenvolvimento mais extenso e melhor, pois a presença constante dos responsáveis dos educandos possibilita a todos meios de intensificar seus horizontes e aguçar o desejo permanente de aprender cada vez mais sobre os diversos objetos de conhecimento trabalhados.

5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade

A escola deve promover um elo de comunicação com a família e comunidade, para melhor interação e funcionamento da instituição. Promovendo ações para intensificar o trabalho realizado dentro da nossa escola.

Segundo Piaget (2007, p.50) “ toda pessoa tem direito a educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem senão educados, ao menos informados no tocante a melhor educação a ser proporcionado a seus filhos”. (Castro e Rigatteri, 2009, p.)

Dessa forma nossa instituição almejando uma boa comunicação, vem desenvolvendo algumas ações como:

- ✓ Por meio de reuniões presenciais ou virtuais;
- ✓ Comunicado impressos, escritos;
- ✓ Realizando eventos nas escolas com a participação da família;
- ✓ Bilhetes no caderno do aluno;
- ✓ Telefonemas quando necessário;
- ✓ Plantão pedagógico a cada Etapa Letiva;
- ✓ Informes através de Cards pelas redes sociais (Facebook, Instagram);
- ✓ Aplicativos como WhatsApp;
- ✓ Diálogo aberto.

A Escola Leôncio Horácio de Almeida, procura de diversas formas se fazer presente no cotidiano dos alunos, mesmo aqueles que por diversos motivos os responsáveis não podem se fazer presentes dentro da escola. Ainda assim visando o bem estar e a inclusão de todos, e também realizando visitas periódicas as famílias em suas residências.

Nos últimos anos a escola está a todo tempo tentando trazer as famílias para o ambiente escolar, orientando a todos os pais a estarem mais presentes na escola e participativos no desenvolvimento escolar dos filhos, para que desta forma todo processo de ensino e aprendizagem possa ocorrer de maneira mais eficaz e dinâmica com a participação de todos os envolvidos escola/família/comunidade. Quando têm reuniões de pais o quantitativo de responsáveis presentes ainda é baixo. A educação deve ser de maneira geral participativa e democrática.

A escola precisa buscar sempre o que for necessário para manter uma relação próxima entre as famílias, pois os responsáveis têm uma influência muito grande na vida escolar dos filhos, e se essa participação acontecer de maneira mais intensa ajuda muito no desenvolvimento, na construção do conhecimento e formação dos alunos. Mas para que tudo ocorra de forma regular e natural, todos precisam estar em comum acordo e trabalhando em parceria buscando métodos para melhorar a aprendizagem dos alunos com a participação e interação da família.

Observamos, pois, que a base se dá na família. E por meio dela que o sujeito se estrutura, cria vínculos afetivos, inicia seu desenvolvimento cognitivo e emocional. (SAMPAIO, 2009. p. 76).

Diante disto percebemos que sem o apoio da família na construção do ensino e aprendizagem dos alunos o desempenho e resultados não são satisfatórios, é preciso que ocorra uma interação entre todos, família e escola precisam ser parceiras incondicionais para oferecer a todos os envolvidos nesse processo uma educação de qualidade.

5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

Para um bom acompanhamento em detrimento das ações educativas a parceria escola/família/comunidade é de fundamental importância no âmbito escolar. Ambas precisam andar juntas, ou seja, elas compartilham a responsabilidade pela

educação de qualidade dos educandos é preciso que a escola valorize e respeite a individualidade das pessoas, empenhando-se na formação das novas gerações para a construção de uma sociedade igualitária, justa, solidária e fraterna.

Tendo em vista a boa comunicação, a nossa escola preza pelo bom desenvolvimento dos nossos educandos, com isso a parceria escola/família/comunidade dar ênfase algumas diretrizes que são de extrema relevância na vida escolar do aluno, e para o bom andamento no processo ensino-aprendizagem dos mesmos, tornando-se eficaz. A nossa escola almeja inserir algumas diretrizes, dentre elas estão:

- ✓ Fomentar boas relações entre escola/família/comunidade para o bom desenvolvimento dos nossos alunos;
- ✓ Avaliação contínua para o elo de comunicação entre escola/família/comunidade parceria que precisa andar juntas;
- ✓ Oportunizar a família e comunidade expressar sua opinião sugerindo a respeito do desenvolvimento escolar;
- ✓ Manter atualizada lista de contatos da família/comunidade escolar;
- ✓ Estabelecer diálogo em qualquer atividade constante com pais, responsáveis a respeito da aprendizagem dos educandos;
- ✓ Divulgação às famílias/comunidades através das redes sociais os eventos existentes na escola como os Projetos a serem desenvolvidos;
- ✓ Manter os canais de comunicação atualizados, para que as famílias tenham acesso e conhecimento de tais fatos ou situações;
- ✓ Criar canais de informativos como boletins, blogs de notícias para família/comunidade;
- ✓ Intensificar canais de comunicação para informes, divulgação como: e-mails, facebook, instagram, comunicados, cartazes etc...;
- ✓ Linha telefônica para comunicação escola/família/comunidade imediata quando necessário;
- ✓ Avaliar e monitorar o processo de comunicação e informação escola/família/comunidade, periodicamente para que possa ser melhorado a cada momento.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de avaliação do PPP

Visando em qualificar o processo de ensino e aprendizagem o documento norteador, o Projeto Político Pedagógico da nossa escola é mediador e visa pela humanização, promovendo a participação e interação de toda a comunidade escolar ao se constituir em processo democrático de decisões.

Como relata Veiga, (2013, p.14)

O Projeto Político Pedagógico é entendido, neste estudo, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico. (VEIGA, 2003, p.22).

Nossa instituição preza por todos esses princípios, citados por Veiga, por meio deles que se adequam à realidade e as ações que serão desenvolvidos, prezando pela formação continuada do professor. O mesmo foi elaborado de forma clara e objetiva, para que todos possam ter acesso; professores, colaboradores, alunos, família e comunidade, pois, esse documento não pode ficar engavetado, mas sim a disposição para as práticas pedagógicas constantes e de todo os membros envolvidos na comunidade escolar.

6.2. Aspectos Teórico- Metodológicos dos Processos

A Portaria SEC nº 018/2022, estabelece diretrizes orientadoras para (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas integrantes da Rede Municipal de Ensino de Anguera-Ba, na qual em seu Art. 5º diz que:

Para o processo de elaboração ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), sejam realizadas atividades de estudos e ações voltadas à promoção da identidade na/da escola pública plural, ancorada em suas realidades, mas também perspectivando a sua transformação para uma escola equitativa, contextualizada, articulada com sua rede de pertencimento glocal, democrática e com qualidade escolar para todos e todas, levando em consideração as seguintes temáticas que perpassam a organização do trabalho escolar: (PORT. SEC. Nº 018/2022, ART. 5º).

- I – O lugar/função social da escola no PPP;*
- II – O lugar/função de concepções no PPP;*
- III – O lugar/função no PPP da Gestão Escolar;*

- IV – O lugar/função no PPP do Currículo;*
- V – O lugar/função no PPP da Didática;*
- VI – O lugar/função no PPP da Aprendizagem/Formação;*
- VII – O lugar/função no PPP da Avaliação;*
- VIII – O lugar/função no PPP da Gestão;*
- IX – O lugar/função no PPP do trabalho docente;*
- X – O lugar/função no PPP da formação de professores em atuação.*

A construção do documento norteador da escola, o Projeto Político Pedagógico deu início em 20 de maio de 2022, lançamento em nível da Rede Municipal do Movimento de (Re)elaboração de todas as escolas, com a participação de todos os integrantes dos Comitês Colaborativos das escolas. Audiência pública na Câmara Municipal de Anguera onde foi apresentado alguns pontos importantes e foi dada a orientação sobre a construção do mesmo.

Em vinte e três de maio a três de junho, ocorreu a aplicação dos questionários diagnósticos nas escolas, para diretores e coordenadores pedagógicos levantando informações junto à comunidade escolar, houve também questionários para os segmentos de: professores, alunos, equipe de apoio (os colaboradores) e de pais. Em seguida levantamentos de fontes, informações, documentos, fotografias e registros diversos que envolvesse a história da escola, coleta de dados oficiais direcionado pela gestão e integrantes do comitê colaborativo da escola.

Em seis de junho à cinco de agosto de 2022, aconteceu os encontros dos grupos de estudos e trabalho (GET), na própria instituição com disponibilização de material de apoio e orientações pelo Comitê Local de Gestão Colaborativa. Sendo a parte prática que teve como subsídios metodológicos: pesquisa entre a comissão de produção do PPP; materiais impressos para leitura e aprofundamento, livros de autores importantes para leitura e embasamento do mesmo dando seguimento a produção dos textos, ou seja, a (re)elaboração do documento tendo à frente a participação do comitê e um membro responsável pela redação e formatação.

Os encontros ocorreram com a comissão no ambiente escolar e também fora da escola para melhor dedicação do tempo proposto. Nos momentos das Acs, também foi discutido pontos onde os professores puderam dar a sua contribuição, em alguns deles como: a prática pedagógica, a avaliação para a aprendizagem, os temas integradores.

Além dos encontros com a coordenadora geral Alyne Emanuele Rodrigues Amorim, um desses encontros aconteceu uma vez na escola Leôncio Horácio, porém as demandas da escola não permitiriam focar só no documento Projeto Político Pedagógico e por esse motivo foi orientado pelo Secretário de Educação Iury Mendes, assim como pela coordenadora geral, que para um melhor aproveitamento esses encontros acontecessem fora da escola, no Anexo da Secretaria de Educação, o mesmo aconteceu em três vezes, onde discutimos, analisamos o que foi construído, fazendo assim as intervenções necessárias com os ajustes.

No dia 28 de setembro de 2022, aconteceu o segundo encontro com toda equipe da construção do PPP, na Câmara Municipal de Anguera com mais uma audiência pública para apresentação de todas as escolas, explanando sobre como estava ocorrendo o processo de produção da escrita do documento Projeto Político Pedagógico seguida de mais orientações sobre alguns pontos que precisava revisar.

Após intervenções feita pela coordenadora geral, realizamos encontros frequentes com a organização do comitê de produção do PPP, são elas: Ednalva Pereira Lima, Simeia Veloso Oliveira da Paixão, Marli Alves Mota Veloso, M^a José Almeida de Oliveira Brito, Suely da Silva Ferreira, alguns sendo internos e outros individuais onde cada uma ficava com um ponto para desenvolver a escrita e no coletivo pudéssemos discutir, e assim aconteceu.

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

Para implementação do processo do (PPP) a Portaria SEC N^o 018/2022, em seu Artigo 1^o, diz que:

Esta portaria se constitui em diretrizes orientadoras para a elaboração ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas da Rede Municipal, integrantes do sistema Municipal de Ensino, observando os princípios e fundamentos da legislação educacional brasileira e do Programa de Formação para (Re)elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas dos Municípios Baianos, coordenado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNCME), seccional do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia e Itaú social, o qual o município realizou adesão. (PORT. SEC N^o 018/2022.).

A implementação do PPP, da escola Leôncio deve ocorrer a partir do início do ano letivo de 2023, portanto será obrigatório toda comunidade escolar seguir o que está dentro deste documento, respeitando suas diretrizes e a realidade escolar dos alunos. Algo que precisa ser reforçado de forma constante nos momentos das atividades complementares (ACs), bem como nas formações realizadas com todos os docentes e demais colaboradores da instituição.

Com as devidas alterações realizadas e novas informações anexadas, é preciso que os envolvidos se aprimorem das informações contidas no PPP, para que dessa forma a implementação das práticas de mudanças possam ocorrer no cotidiano da escola.

6.4. O programa Institucional de Avaliação do PPP

O PPP da Escola Leôncio Horácio de Almeida, foi reelaborado de forma democrática com a participação de todos os envolvidos dentro da comunidade escolar. Sendo assim, o documento possui informações sobre todos os aspectos da escola desde a estrutura física, até as práticas pedagógicas e as ações realizadas pela gestão.

Como fonte de pesquisa foi utilizado vários documentos como: o DCRM, DCRB, BNCC, vídeos, sites, livros de teóricos diversos, artigos, diretrizes curriculares nacionais da educação básica, para subsídios na elaboração do mesmo, materiais que norteiam o trabalho realizado e é utilizado pela rede de ensino nas práticas pedagógicas do professor.

Contudo, devemos ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da nossa escola, foi reorganizado democraticamente e colocando apenas a realidade vivenciada pela instituição, com informações sobre o que ocorre dentro da escola e o que precisa na prática de fato acontecer, na comunidade. Para isso é necessário que todos precisem seguir o documento norteador e tudo que está organizado no mesmo.

Cabe a gestão e coordenação está explorando constantemente em reuniões e formações, nas atividades complementares (ACs), e em todos os encontros que venha ocorrer dentro e fora da escola. A importância deste documento é reforçar sempre juntos aos professores e demais colaboradores que tudo prescrito deve ser

seguido em suas práticas e ações cotidianas. Pois o trabalho realizado na escola, será embasado e seguido através das informações contidas neste PPP.

Assim o trabalho deve ser pautado e seguido através das informações contidas, para isso ocorrer, será preciso reformular metas alcançando assim os objetivos a nível de aprendizagem, rever a comunicação e a troca de informações através dos seguimentos que a escola possui. Pois apesar da escola Leôncio ser uma instituição que abrange anos iniciais e finais, é preciso que o trabalho seja realizado em parcerias para o bom andamento e desenvolvimento como um todo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico como sendo um dos principais documentos que norteia o trabalho pedagógico da escola, fica evidente que a sua utilização para cumprimento das ações e o bom funcionamento da escola é essencial. O mesmo é um documento de grande necessidade dentro de uma instituição, que não deve ficar engavetado pois, é através dele que podemos desenvolver as nossas práticas, diagnosticar possíveis problemas, traçar ações, metas, rever conceitos, buscando melhoria e qualidade do ensino valorizando sempre o contexto social no qual o aluno está inserido.

Dessa forma, analisando o PPP, da nossa instituição de ensino podemos perceber que há alguns embasamentos teóricos de grande importância já que nele encontra-se eixos que norteiam toda extensão do presente documento. O projeto visa levantar questões e permitir as discussões dentro e fora da sala de aula preservando a igualdade e a originalidade de cada indivíduo.

Neste âmbito também é necessário buscar a colaboração da família como unidade amiga da escola sendo participante ativa no processo ensino-aprendizagem, durante todo o desenvolvimento da educação desde a alfabetização até o fundamental dos anos finais.

A intenção principal desse projeto é demonstrar que a escola é de fundamental importância para todos e tê-la como referência de respeito aos valores, visão e missão que a instituição retrata, sendo democrática apresentando assim, um ambiente saudável, acolhedor, atraente e sociável para os indivíduos.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é de suma importância para a sua utilização na escola oferecendo possibilidades que visa o trabalho com melhorias e trazendo benefícios a toda comunidade escolar permitindo ampliar os conhecimentos pois, sabemos que este documento é vivo e no entanto, não devemos considerar o mesmo pronto e acabado, podendo assim ser alterado de acordo com a realidade atual da instituição.

8. REFERÊNCIAS:

BRASIL, MEC – **Coordenação de educação Infantil – DPEIEF/SEB** – Revista CRIANÇA – do professor de educação infantil. Brasília, DF, nº 42, dez/2006.

BRASIL, **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1997.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa** / Miguel G. Arroyo. – 5. ed. --- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias** / Miguel G. Arroyo. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes 2014.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza** / Francisco Imbernón; [tradução Silvana Cobucci Leite]. – 9. Ed --- São Paulo: Cortez, 2011. --- (Coleção questões da nossa época; v. 14).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** / José Carlos Libâneo. --- São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

PARO, Vitor Henrique. **A Gestão da Educação ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública** / Vitor Henrique Paro, --- São Paulo, abril de 1998.

MACHADO, Jacqueline Mari. **Planejamento Institucional**. / Jacqueline Mari Machado. – Indaial: UNIASSELVI, 2021.

FREIRE, Paulo, 1921 – **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. --- São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988.

RIBEIRO, Marinalva Lopes. **A afetividade na relação educativa.** / Marinalva Lopes Ribeiro. --- Estudos de Psicologia / Campinas: julho- setembro, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** / Vitor Henrique Paro. 4ª edição: obra revista e atualizada: -- São Paulo, janeiro, 2016.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do. **Caderno de estudos: educação especial** / Luciana Monteiro do Nascimento, Centro Universitário Leonardo Da Vinci. – Indaial ASSELVI, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola: Uma construção possível**/Ilma Passos Alencastro Veiga (org). – 29ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2013. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** 2. ed. revista. 2017.

ANGUERA. Bahia. Secretaria de Educação Municipal. **Proposta curricular Referencial a Anguera para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Anguera-Bahia: Secretaria Municipal de Educação. 20.

ANGUERA, Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <http://www.educacaoanguera.ba.gov.br/posts/noticias>. Acesso em: 19 de ago. 2022.

ANGUERA, Bahia: **Secretaria Municipal de Educação.** Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Secretaria de Educação do Município de Anguera - Bahia, 2022.

BAHIA, Secretaria da Educação do Estado da. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental (v. 1)** / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. 484 p.

DENES, L. K.; MUHLBEIR, M. M.; MOKAN, S. R. P. P. **Gestão escolar: A importância do planejamento participativo para uma gestão democrática.** Disponível em: <http://www.ijui.com/artigos/46582-gestao-escolar-a-importancia-do->

[planejamento-participativo-para-uma-gestao-democratica.html](#). Acesso em 28 jul. 2022.

FOSSILE, D. K. **Construtivismo versus sociointeracionismo: uma introdução as teorias cognitivas**. Revista Alpha. Patos de Minas, Unipam, v. 11, p. 105-117, ago. 2010.

PICOLI, E. S. A.; CARVALHO, E. J. G. **Projeto-Pedagógico: uma construção “coletiva”?** III Encontro de Pesquisa em Educação, I Jornada de Gestão Escolar e XV Semana de Pedagogia – Pedagogia 35 anos: História e Memória. UEM, Maringá – PR, 2008. Pedagogia 35 anos: História e Memória.

FREIRE, Paulo. **Algumas reflexões em torno da utopia**. In: FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.) Pedagogia dos Sonhos Possíveis. São Paulo: UNESP, 2001b.

SANTOS, F. M. **Significações de construtivismo na perspectiva de professores “construtivistas” e sua relação com práticas avaliativas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade Católica de Brasília, 2007.

SANTOS, S. R. S. V.; CARDOZO, L. G. S. **Superando a pedagogia da transmissão**: Disponível em: <http://pt.slidehare.net/superluciana1/ad1-ead-37970102>. Acesso em: 02. set. 2022.

VAGULA, E.; BARBOSA, A. C. A.; BARUFFI, M. M.; MONTAGNIN, R. C. **Didática**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2014.

Disponível em <https://monografias.brasile scola.vol.com.br>. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Constituição Federal de 1988. Acesso em: 22 set. 2022.

Disponível em: www.informeeducacao.com.br. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

Disponível em: <https://www.gov.br...SEME> SP. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4/11/2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo** e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

VIERO, Janisse. MULLER, Liziany Medeiros. - 1. ed. - **Princípios e concepções da educação do campo**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021: **Diário Oficial da União**, <http://in.gov.br/>>. Acesso em 30 de novembro de 2022.

Secretaria Nacional de Juventude – Política Nacional de Juventude. Acesso em: 30 novembro de 2022.

BRASÍLIA, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/**Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. 2013.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: como avaliar?: critérios e instrumentos** / Ilza Martins Sant'Anna. 17.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ANEXO I – Diagnósticos

ANEXO II - Planos de ação

ANEXO III – Plano de Curso (Art. 17 da Resolução CEE nº 137/2019)